



MINAGRIF/PDAC



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL - (P159052-AO)

PRESTADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS (TSP) PARA APOIAR A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS) N° 48 DE LUCINDA MÁRIO DE CASTRO CUNHA

Iniciativa:



Financiamento:



Largo António Jacinto, Edifício B do MINAGRIF, 2º Andar, Direito, Luanda, República de Angola

MAIO DE 2024



MINAGRIF/PDAC



1 ÍNDICE

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 | OBJECTIVOS E ÂMBITO DO PGAS | 10 |
| 1.2 | IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPA..... | 11 |
| 1.3 | BREVE DESCRIÇÃO DE RESPONSABILIDADES DO TSP, PROPONENTE, PDAC E BANCO MUNDIAL (BM)..... | 12 |
| 1.3.1 | <i>Níveis de Obrigações e Responsabilidades da BRLi/Sirius.....</i> | <i>12</i> |
| 1.3.2 | <i>Níveis de obrigações e responsabilidades do proponente</i> | <i>12</i> |
| 1.3.3 | <i>Níveis de obrigações e responsabilidades da unidade de implementação do PDAC</i> | <i>13</i> |
| 1.3.4 | <i>Níveis de obrigações e responsabilidades do Banco Mundial</i> | <i>13</i> |
| 1.4 | PRINCIPAIS RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS ASSOCIADOS | 14 |
| 1.5 | ESTRUTURA E CONTEÚDOS DO PGAS | 15 |
| 2 | DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO | 16 |
| 2.1 | FICHA TÉCNICA | 16 |
| 2.2 | LOCALIZAÇÃO DO SUBPROJECTO | 16 |
| 2.3 | OBJECTIVOS DO SUBPROJECTO | 18 |
| 2.4 | PLANO DE PRODUÇÃO | 19 |
| 2.5 | DESCRIÇÃO DAS ACTIVIDADES PREVISTAS | 21 |
| 2.6 | PRINCIPAL TECNOLOGIA | 21 |
| 2.7 | EQUIPAMENTOS POR ADQUIRIR..... | 22 |
| 2.8 | RESÍDUOS GERADOS | 23 |
| 2.9 | NECESSIDADES HÍDRICAS DAS CULTURAS E PARA O CONSUMO HUMANO | 23 |
| 2.10 | EFLUENTES | 24 |
| 3 | CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL | 25 |
| 3.1 | CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA | 25 |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|----------|--|-----------|
| 3.2 | CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA E DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES SOCIAIS | 25 |
| 4 | ENQUADRAMENTO LEGAL..... | 27 |
| 4.1 | LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL ANGOLANA E POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS DO BANCO MUNDIAL | 27 |
| 4.2 | AVALIAÇÃO DAS LACUNAS DA LEGISLAÇÃO E RECOMENDAÇÕES..... | 28 |
| 5 | AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO | 30 |
| 5.1 | METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS | 30 |
| 5.2 | AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO | 31 |
| 5.2.1 | <i>Nota explicativa sobre riscos identificação e medidas de mitigação aplicável</i> | <i>39</i> |
| 6 | PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL..... | 40 |
| 6.1 | PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS E EFLUENTES..... | 40 |
| 6.1.1 | <i>Cronograma de Implementação do PGR.....</i> | <i>42</i> |
| 6.2 | PLANO DE HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL..... | 42 |
| 6.3 | PLANO DE ATENDIMENTO ÀS EMERGÊNCIAS DA FAZENDA | 44 |
| 6.3.1 | <i>Equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos.....</i> | <i>44</i> |
| 6.3.2 | <i>Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais.....</i> | <i>44</i> |
| 6.3.3 | <i>Procedimento de emergências.....</i> | <i>45</i> |
| 6.4 | PLANO DE FERTILIZAÇÃO, GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | 45 |
| 6.4.1 | <i>Uso e manuseio de pesticidas</i> | <i>46</i> |
| 6.4.2 | <i>Fertilização.....</i> | <i>46</i> |
| 6.4.3 | <i>Riscos de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas.....</i> | <i>47</i> |
| 6.4.3.1 | <i>Cronograma de supervisão</i> | <i>48</i> |
| 6.4.3.2 | <i>Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças</i> | <i>48</i> |
| 6.5 | PLANO DE PREVENÇÃO DA COVID-19..... | 49 |
| 6.6 | PLANO DE PREVENÇÃO DE EAS/AS..... | 49 |



MINAGRIF/PDAC

| | | |
|----------|---|-----------|
| 6.7 | PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MSGR PREVISTO PELO PDAC..... | 51 |
| 6.8 | PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS..... | 52 |
| 6.9 | PLANO DE FORMAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL | 53 |
| 6.10 | RELATÓRIOS DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL..... | 55 |
| 7 | CUSTOS ESTIMADOS..... | 58 |
| 8 | ANEXOS..... | 59 |
| 8.1 | ANEXO I: RELATÓRIO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | 59 |
| 8.2 | ANEXO II: REGISTO FOTOGRÁFICO DA FAZENDA ANTES DO FINANCIAMENTO | 62 |
| 8.3 | ANEXO III: FORMULÁRIO DE MECANISMO DE SUGESTÕES E GESTÃO DE RECLAMAÇÕES – PDAC..... | 63 |
| 8.4 | ANEXO IV: FICHA DE CADASTRO DE OCUPANTES NA PROPRIEDADE E NAS VIAS DE ACESSO..... | 65 |
| 8.5 | ANEXO V: CÓDIGO DE CONDUTA DO PDAC..... | 66 |
| 8.6 | ANEXO VI: AVALIAÇÃO DOS IMPACTES AMBIENTAIS E SOCIAIS | 72 |
| 8.7 | ANEXO VII: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL E POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS DO BANCO MUNDIAL | 76 |



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1: COMPONENTES DO PDAC | 10 |
| TABELA 2: DESCRIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA DO TSP BRLI/SIRIUS | 11 |
| TABELA 3: RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DA FAZENDA..... | 14 |
| TABELA 4: FICHA TÉCNICA DA FAZENDA | 16 |
| TABELA 5: EQUIPAMENTOS POR ADQUIRIR | 23 |
| TABELA 6: PRINCIPAIS RESÍDUOS PRODUZIDOS NA FAZENDA | 23 |
| TABELA 7: NECESSIDADE HÍDRICA DAS CULTURAS..... | 23 |
| TABELA 8: ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO | 25 |
| TABELA 9: CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS | 25 |
| TABELA 10: DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LACUNAS ENTRE AS LEIS NACIONAIS E AS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO BANCO MUNDIAL..... | 28 |
| TABELA 11: CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS..... | 30 |
| TABELA 12: AVALIAÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS | 31 |
| TABELA 13: PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DOS RESÍDUOS | 40 |
| TABELA 14: TIPOS DE RESÍDUOS, LOCAIS DE PRODUÇÃO, DANOS E ACÇÕES..... | 40 |
| TABELA 15: CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PGR | 42 |
| TABELA 16: ANÁLISE DE RISCO | 42 |
| TABELA 17: CRONOGRAMA DE ACÇÕES E RESPONSABILIDADES DE PHSSO | 43 |
| TABELA 18: ACÇÕES, RESPONSABILIDADES E CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PAE | 44 |
| TABELA 19: EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, KITS DE COMBATE A INCÊNDIOS E CONTENÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICO | 44 |
| TABELA 20: POTENCIAIS CENÁRIOS DE EMERGÊNCIA | 45 |
| TABELA 21: PROCEDIMENTOS DE EMERGÊNCIAS | 45 |
| TABELA 22: ACÇÕES, RESPONSABILIDADES E CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE FERTILIZAÇÃO, GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | 46 |
| TABELA 23: PROCEDIMENTO PARA ARMAZENAMENTO | 46 |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|---|----|
| TABELA 24: CAUSAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS NEGATIVOS DE PRAGAS E USO DE PESTICIDAS, INSECTICIDAS | 47 |
| TABELA 25: CALENDÁRIO DE MONITORIA E SUPERVISÃO | 48 |
| TABELA 26: CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS..... | 48 |
| TABELA 27: ACÇÕES, RESPONSABILIDADES E CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DA COVID-19..... | 49 |
| TABELA 28: OBJECTIVOS, ACÇÕES E RESULTADOS DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO | 50 |
| TABELA 29: OBJECTIVOS, ACÇÕES E RESULTADOS DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO | 51 |
| TABELA 30: CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO | 53 |
| TABELA 31: PLANO DE FORMAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL | 54 |
| TABELA 32: RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL | 56 |
| TABELA 33: ESTIMATIVA DE CUSTOS | 58 |
| TABELA 33: AVALIAÇÃO DOS IMPACTES AMBIENTAIS E SOCIAIS | 72 |



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA..... | 17 |
| FIGURA 2: MAPA AMBIENTAL E SOCIAL DA LUCINDA MÁRIO DE CASTRO CUNHA | 17 |
| FIGURA 3: INFRAESTRUTURAS E ÁREAS AGRÍCOLAS EXISTENTES NA FAZENDA..... | 18 |
| FIGURA 4: CAFEZAL ANTIGO | 62 |



MINAGRIF/PDAC



LISTA DE ACRÓNIMOS

| | |
|---------------------|--|
| AFD: | Agência Francesa de Desenvolvimento |
| AIA: | Análise de Impacto Ambiental |
| BM: | Banco Mundial |
| BRLi-Sirius: | Empresa contratada pelo PDAC para a prestação de assistência técnica especializada no Corredor B |
| CRA | Constituição da República de Angola |
| CTI | Comité Técnico de Implementação |
| EAS/AS | Exploração e Abuso Sexual/ Assédio Sexual |
| EBRD | Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento |
| EDA: | Estação de Desenvolvimento Agrário |
| EIA | Estudo de Impacte Ambiental |
| EPI | Equipamento de Protecção Individual |
| ESRP | Manuais de Procedimentos de Revisão Ambiental e Social |
| ETA | Estação de tratamento de Água |
| ETAR | Estação de Tratamento de Águas Residuais |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura |
| FTAS | Ficha de Triagem Ambiental e Social |
| GA | Governo Angolano |
| GBM | Grupo do Banco Mundial |
| HSE | Health, Safety and Environment |
| IDA: | Instituto de Desenvolvimento Agrário |
| IFC: | Corporação Financeira Internacional |
| IGCA | Instituto Geodésico e Cartográfico de Angola |
| INE: | Instituto Nacional de Estatística |
| M & A: | Monitoria e Avaliação |
| MINAGRIF: | Ministério da Agricultura e Florestas |
| MINAMB | Ministério do Ambiente |
| MIP | Manuseio Integrado de Pragas |
| MIV | Manuseio Integrado de Vectores |
| MSGR: | Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações |
| OIT: | Organização Internacional do Trabalho |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONG'S | Organizações não governamentais |
| PAE | Plano de atendimento as emergências |
| PAP | Pessoas afectadas pelo Projecto |
| PAR | Plano Abreviado de Reassentamento |
| PDAC: | Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola |
| PGAS: | Plano de Gestão Ambiental e Social |
| PGR | Plano de Gestão de Resíduos |
| PHSST | Plano de Higiene Saúde e Segurança no Trabalho |
| PME: | Pequenas e Média Empresas |
| PMP | Plano de Manuseio de Pragas |
| PN | Plano de Negócio |
| PSS | Plano de Saúde e Segurança |
| PVP | Preço de venda ao público |
| SERPM | Social environment review procedure manual |
| SIA | Sistema integrado do ambiente |
| SIDA | Síndrome de Imunodeficiência Adquirida |
| SSA | Saúde, Segurança e Meio Ambiente |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|-------------|--------------------------------------|
| SST | Saúde e segurança no trabalho |
| TSP: | Prestadores de Serviços Técnicos |
| UIP: | Unidade de Implementação do Projecto |
| VBG: | Violência Baseada no Género |
| VIH | Vírus da Imunodeficiência Humana |



MINAGRIF/PDAC



1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do subprojecto **Lucinda Mário De Castro Cunha**. O mesmo visa avaliar os potenciais impactes ambientais e sociais e apresentar medidas para a mitigação e/ou eliminação dos impactos negativos. Na sua elaboração foram tidas em consideração as disposições constantes na legislação angolana e as políticas do Banco Mundial (BM) e na inserção de documentos como o croquis de localização e título de concessão de terra, código de conduta e relatório de envolvimento das partes interessadas.

O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC) em Angola possui quatro componentes interligadas a serem implementadas simultaneamente, seguindo a sequência lógica de actividades de cada uma delas. Estas componentes têm abrangência nos dois corredores de desenvolvimento para o financiamento de nove cadeias de valor (milho, feijão, soja, café, ovos e frangos, mandioca, batata-doce e batata rena): corredor A: cobertura de duas províncias (Cuanza Norte, Malanje); e o Corredor B: cobertura de quatro províncias (Cuanza Sul, Huambo, Bié, Huila).

Tabela 1: Componentes do PDAC

| |
|---|
| <p>Componente 1: Promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio</p> <p>Pretende catalisar o potencial da agricultura e do agronegócio apoiando agricultores elegíveis e Pequenas e Médias Empresas (PME) do agronegócio nas áreas do projecto.</p> <p>Subcomponente 1.1: Fortalecimento das capacidades produtividade e comercialização</p> <p>Subcomponente 1.2: Garantias parciais de crédito</p> |
| <p>Componente 2: Infraestrutura para Produção e Marketing</p> <p>A Componente 2 apoiará investimentos públicos em estradas de serviço agrícola e outras infraestruturas (irrigação e infraestrutura de “último km”).</p> <p>Subcomponente 2.1: Reabilitação de Estradas Rurais Subcomponente 2.2: Apoio a Projectos Públicos de Irrigação Subcomponente 2.3: Conexões de electricidade rural de último km</p> |
| <p>Componente 3: Fortalecimento Institucional e Melhoramento do Ambiente de Negócios</p> <p>Irá contribuir para a criação dum ambiente mais propício para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, abordando os constrangimentos ao desenvolvimento das cadeias de valor através dum diálogo público-privado, apoiando novas tecnologias nas cadeias de valor prioritárias e fortalecendo a capacidade institucional do MINAGRIF (Ministério da Agricultura e Florestas).</p> |
| <p>Componente 4: Gestão e monitoria/avaliação do projecto</p> <p>A Componente se concentra na gestão do projecto, monitoria e avaliação (M&A)</p> |

O subprojecto “**Lucinda Mário De Castro Cunha**.” integra-se na componente 1 (promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio). A fazenda tem 100 trabalhadores efectivos, dos quais 20 homens e 80 mulheres.

1.1 Objectivos e âmbito do PGAS

O PGAS serve de instrumento de análise e fiscalização das actividades em cada fase do subprojecto em termos ambientais e sociais com actividades de monitorização e avaliação das acções propostas para a mitigação dos impactos.



MINAGRIF/PDAC



Como objectivos específicos tem-se para este PGAS:

- Atender os requisitos legais do Governo Angolano (GA) e do Banco Mundial (BM) para a implementação e operação do subprojecto da agricultura;
- Minimizar os impactos ambientais e sociais associados as etapas de construção, implementação e operação dos subprojectos e os seus efeitos sobre a comunidade e ambiente;
- Garantir a protecção humana, do património cultural e da biodiversidade principalmente de espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis;
- Reduzir e/ou eliminar os impactos negativos no ambiente e riscos de saúde e segurança dos trabalhadores causados pela gestão inadequada de resíduos, efluentes e emissão de gases poluentes, com adopção de práticas adequadas para a gestão dos aspectos ambientais em todas fases do subprojecto;
- Promover planos de atendimentos a emergências ambientais e outras que representem risco a vida das comunidades e dos trabalhadores do subprojecto durante as actividades de construção, implementação e operação do subprojecto.

1.2 Identificação da equipa

A seguir é apresentada uma breve descrição da equipa técnica do TSP BRLi/Sirius responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS, inclusive a formação e papel de cada um no PGAS (Tabela 2):

Tabela 2: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/Sirius

| Nome | Contacto | Formação | Papel |
|-------------------------|--|---|---|
| Daniel Sassupe | daniel.corredorb@sirius.co.ao sassupe@yahoo.com.br | Eng.º Agrónomo; Pós-Graduado em Ciências do Consumo Alimentar M.Sc. Produção e Tecnologia Alimentar | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar, capacitar os proponentes, apoiar na implementação, supervisão e apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais e Sociais (FTAS e PGAS) |
| Irina Portela | irina.corredorb@sirius.co.ao leiteirina@gmail.co | Engª Geógrafa | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes e apoiar na implementação, supervisão e apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais e Sociais (FTAS e PGAS) |
| Evaristo Wenda | evaristowenda@gmail.com | Eng.º Agrónomo | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais (FTAS e PGAS) |
| Jacira Cassange | jaciracassange25@gmail.com | Assistente Social | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Sociais (FTAS e PGAS) |
| José Chito | josepereirachito199@gmail.com | Assistente social | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Sociais (FTAS e PGAS) |
| Vicente Kimbamba | vicentekimbamba@hotmail.com | Eng.º Agrónomo M.Sc. Gestão Ambiental | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; |



MINAGRIF/PDAC



| Nome | Contacto | Formação | Papel |
|------|----------|----------|--|
| | | | Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais (FTAS e PGAS) |

1.3 Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)

As responsabilidades da BRLi/Sirius, Proponente, PDAC e BM para elaboração, aprovação e implementação do PGAS são descritas em forma própria:

- BRLi/Sirius: Elaboração da Ficha de Triagem Ambiental e social-FTAS, Elaboração do Plano de Gestão Ambiental e Social-PGAS, monitoramento a uso de registos de PGAS, colaborar na implementação de medidas de prevenção e mitigação EAS/AS, na divulgação e disponibilização do MSGR junto dos trabalhadores e comunidades envolventes e assistência técnica;
- Proponente: responsável pela implementação de medidas de mitigação social e ambiental, incluindo medidas de prevenção e mitigação de incidentes de EAS/AS;
- PDAC: Implementação e gestão do MSGR, Implementação de protocolo EAS/AS associado ao MSGR, Categorização ambiental e social do subprojecto e supervisão da implementação de PGAS, responsabilidade de implementar as acções previstas no Plano mitigação e resposta EAS/AS;
- BM: revisão e aprovação dos PGAS.
- Implementar as acções previstas no Plano mitigação e resposta EAS/AS.

1.3.1 Níveis de Obrigações e Responsabilidades da BRLi/Sirius

Entre outras obrigações, a BRLi/Sirius deverá garantir que as fases de pré-construção, construção e operação do subprojecto sejam realizadas tendo em conta as recomendações do PGAS.

A BRLi/Sirius compromete-se a orientar os trabalhos da fazenda de forma sustentável, respeitando a comunidade local, seus recursos e meios de sobrevivência, além de garantir a protecção do meio ambiente, a saúde e segurança dos seus trabalhadores e da comunidade em geral.

Para atingir este objectivo, a BRLi/Sirius deverá:

- Garantir que o PGAS elaborado esteja em conformidade com as políticas operacionais do Banco Mundial e os requisitos legais e ambientais do Governo angolano;
- Promover acções de segurança, saúde e protecção ambiental e social no PGAS;
- Monitorizar e avaliar a eficácia das acções previstas no PGAS no que concerne a saúde, segurança e protecção ambiental e social;
- Garantir condições de correcção de eventuais não conformidades com o PGAS com a implementação de medidas correctivas.

1.3.2 Níveis de obrigações e responsabilidades do proponente

Para o cumprimento das medidas estabelecidas no presente PGAS, o proponente do subprojecto tem as seguintes responsabilidades:

- **Implementar as medidas previstas no PGAS**



MINAGRIF/PDAC



O proponente tem a responsabilidade de implementar todas as acções previstas no PGAS e mitigar os potenciais impactos ambientais e sociais das actividades do subprojecto e promover a boa conduta do trabalhador. Estas acções serão implementadas sob assistência técnica da equipa ambiental e social da BRLi/Sirius.

- **Garantir as condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores**

O proponente é responsável por adoptar medidas que garantam segurança, saúde e protecção dos seus trabalhadores, como:

- Promover condições para o uso de equipamentos de protecção individual.
- Garantir condições de saúde dos trabalhadores com a criação de uma área de primeiros socorros.
- Garantir moradias condignas, com condições de habitabilidade, higiene e segurança física dos trabalhadores, com quartos e instalações sanitárias separadas por Sexo (homem-mulher) de acordo aos critérios para acomodações dos trabalhadores estabelecidos pela IFC / EBRD: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_gpn_workersaccommodation
- Condições salariais adequadas conforme a legislação angolana sobre o direito do trabalhador.
- Levar a cabo acções com vista a prevenir a propagação da covid 19.
- Garantir a igualdade de género com a contratação equitativa de mulheres.
- Garantir a Implementação de todas as medidas de prevenção de riscos de EAS/AS previstas no PGAS e o acesso ao MSGR por todos os trabalhadores.
- Implementar medidas de prevenção e protecção dos trabalhadores contra EAS/AS.
- Subscrever o Código de Conduta previsto pelo projecto e assegurar a assinatura do Código de Conduta por todos os trabalhadores contratados pelo proponente.
- Prever a aplicação de medidas imediatas de protecção e segurança física de sobreviventes de EAS/AS causadas por um trabalhador e medidas correctivas sobre o agressor.
- Assegurar o acesso ao MSGR por todos os trabalhadores e comunidade envolvente, disponibilizar um canal de recepção de reclamações/sugestões nas instalações e colaborar na sua divulgação junto dos mesmos.
- Cumprir com as recomendações do PGAS, empregando técnicas ambientais e sociais que minimizem os impactos das actividades da Fazenda, reduzam a produção de resíduos, minimizem os efeitos da poluição ambiental e previnam efeitos sobre o meio ambiente e comunidade circunvizinha;
- Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de prevenir a propagação de doenças sexualmente transmissíveis (DST), violência baseada no género (VBG), Trabalho infantil e propagação do vírus COVID-19.

1.3.3 Níveis de obrigações e responsabilidades da unidade de implementação do PDAC

- Avaliar as fichas de triagem ambiental e social;
- Categorizar os subprojectos (definir estudos ambientais e sociais necessários);
- Revisão dos PGAS
- Implementação e Gestão do MSGR (em colaboração com os TSP's);
- Monitorizar a implementação dos PGAS.
- Implementar as acções previstas no Plano mitigação e resposta EAS/AS.

1.3.4 Níveis de obrigações e responsabilidades do Banco Mundial

- Revisar e aprovar os Planos de Gestão Ambiental e Social;
- Revisar e aprovar os relatórios de monitorização da implementação dos PGAS.



MINAGRIF/PDAC



1.4 Principais riscos ambientais e sociais associados

Tabela 3: Riscos Ambientais e Sociais da fazenda

| Riscos ambientais | Descrição |
|---|--|
| Área sujeita à erosão grave | <ul style="list-style-type: none"> Existem zonas no terreno com inclinações que variam entre 16,5% e 5,4% que são as áreas mais acidentadas da parcela, o solo é de textura média e topografia acidentada e por isso, muito propenso a acção dos agentes erosivos (chuva e vento). Para além disso, deve-se observar rigorosamente as seguintes normas: Estabelecimento das faixas segundo as curvas de nível; Cobertura do solo com palha vegetal para proteger contra o impacto da chuva e do vento, para favorecer a infiltração da água e o aumento do teor da matéria orgânica; Lavoura mínima do solo; Plantação directa como meta a atingir; Boa selecção de culturas na rotação, combinando bem as culturas de ciclo cultural longo com as de ciclo curto, incluindo sempre as leguminosas com grande potencial para fornecerem azoto ao solo. Desta forma, pode-se conseguir minimizar a extracção de nutrientes das plantas e tentar manter algum equilíbrio na fertilidade do solo e áreas menos acidentadas. Nestas zonas a prática da agricultura deverá ser feita aplicando técnicas anti – erosivas tais como culturas em curvas ou faixas de nível |
| Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem devido a resíduos e efluentes (resíduos sólidos, águas residuais, óleo, combustível, tintas, etc.) gerados em áreas de trabalho, oficinas, estaleiros e a utilização de fertilização química. | <ul style="list-style-type: none"> Possível contaminação do solo por óleos e combustíveis das maquinarias e uso de gerador. A fazenda possui uma rede hidrográfica bastante densa constituída pelo rio Cananvale, que se encontra na posição Sul e Rio Muxixi na posição Norte, ambos de caudal permanente. Por outra, no interior da fazenda têm dois riachos secundários Lungo e Cassau de caudal temporário. A deposição inadequada de resíduos; acidentes com substâncias tóxicas; actividades inadequadas de armazenamento, manuseio e descarte de óleos, combustível, efluentes e resíduos em actividades agrícolas, constituem as principais fontes potenciais de contaminação das águas superficiais e subterrâneas |
| Supressão de vegetação, e risco de erosão e assoreamento de corpos d'água próximos ao site durante a limpeza e preparação do terreno de parcelas agrícolas, colocação de tubagem de irrigação | Supressão da vegetação durante a limpeza e preparação do terreno. A retirada da vegetação resultará na alteração da paisagem da área de influência directa e junto com a diminuição do potencial ecológico, ocorrerá a fuga da fauna, para áreas mais seguras. Esses efeitos desencadearão alteração do ecossistema e instabilidade ecológica. |
| Geração de poeira, ruído, vibração e gases devido à operação de equipamentos | <ul style="list-style-type: none"> O transporte de materiais e funcionamento de maquinarias têm potencial para alterar a qualidade do ar, gerar ruídos e vibrações dentro da fazenda e nas comunidades circunvizinhas a fazenda (1- 5 km de distância). As emissões de poeira resultante da preparação de terras de agricultura durante a época seca. Emissões de geradores de energia a diesel |
| Perigos de segurança e saúde ocupacional | <ul style="list-style-type: none"> Movimentação de Máquinas e veículos Inalação de agro-químicos durante a preparação, a mistura e aplicação; e manuseio nos armazéns |
| Riscos sociais | Descrição |
| Perigos de segurança e saúde comunitária | Perigo para as comunidades circunvizinhas a fazenda durante o transporte de materiais (1- 5 km do site) |
| Acidentes de trabalho (fase operacional do subprojecto) | Risco de acidentes de trabalho durante o manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas. |
| Acidentes nas comunidades próximas (transporte de mercadoria) | Circulação de veículos e máquinas afectos ao subprojecto da fazenda |
| Afectação da saúde dos trabalhadores e moradores | Ruído, qualidade do ar e vectores de doença |
| Violência baseada no género (i.e. EAS/AS) | <ul style="list-style-type: none"> A ausência de espaços para repouso separados por género para abrigar os funcionários é algo que vai contra a os hábitos e costumes está limitação pode gerar situações de EAS/AS). |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• Aumento ao risco de EAS/AS devido à implementação de actividades em área de difícil supervisão e difícil acesso a serviços de apoio.• Falta de informações suficientes nas comunidades vizinhas sobre os mecanismos existentes para reportar casos de EAS/AS e disponibilidade de serviços de apoio. |
| Exploração laboral e trabalho infantil | <ul style="list-style-type: none">• A ausência de informação sobre os Direitos Humanos e laborais• A ausência de informação sobre os Direitos Humanos e laborais.• Hábito cultural de envolver as crianças nas actividades produtivos familiares;• Crianças fora do sistema de ensino;• Ausência de informação sobre a Lei Geral do Trabalho (LGT). |
| Conflito entre as comunidades e os Empresários | <ul style="list-style-type: none">• Não empregabilidade do pessoal local.• Exclusão de grupos desfavorecidos/ vulneráveis |
| Afectação/deslocamento de activos económicos/físicos | <ul style="list-style-type: none">• Exploração de novas áreas agrícolas dentro da Fazenda com presença de população/usuários das terras e outros recursos naturais• Afectações relacionada com o transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação |

1.5 Estrutura e conteúdos do PGAS

O presente PGAS está estruturado da seguinte forma:

1. Introdução
2. Descrição do subprojecto
3. Caracterização do meio ambiente e social
4. Enquadramento legal
5. Avaliação dos impactos ambientais e sociais e Medidas de Mitigação
6. Programa de gestão ambiental e social
7. Custos Estimados
8. Anexos



MINAGRIF/PDAC



2 DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO

2.1 Ficha técnica

Tabela 4: Ficha Técnica da fazenda

| | | | |
|---|--|---------------------|-------------------|
| Nome do Subprojecto | Lucinda mário de castro cunha | | |
| Localização do subprojecto | Provincia | Cuanza Sul | |
| | Município | Amboim | |
| | Comuna | Assango | |
| | Aldeia | Lapala | |
| Coordenadas | X-448561; Y- 8801582 | | |
| Área total da propriedade | 100 hectares | | |
| Área Prevista no PN | <ul style="list-style-type: none"> • Café coco do cafezal reabilitado 200.000 m² • Café coco de novo cafezal em 400.000 m² • Feijão em 80.000 m² • Batata doce em 10.000 m² • Batata rena em 20.000 m² | | |
| Área agrícola utilizada | <ul style="list-style-type: none"> • Café Robusta em 100.000 m², • Milho em 110.000 m² • Feijão em 100.000 m² | | |
| Tipologia de subprojecto/actividade | Café: 400.000 m ² | | |
| Actividades de construção | <ul style="list-style-type: none"> • Construção de viveiro para producao de 60.000 mudas/ano • Construção de WC's por Género 6 m² • Fossa Séptica de 6m³; • Construção de Ecopontos; | | |
| Actividades de reabilitação | <ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação de armazém 25m*25m; • Reabilitação de escritório - loja; | | |
| Aquisição de equipamento | <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de rega gota – a – gota para extensão de 2 hectares; • Capinadeiras; • Pulverizador dorsal • Mesa para secagem do café • Classificador de café • Kit para viveiro • Material agrícola | | |
| Fontes de energia | Gerador de 12 Kv | | |
| Fontes de água | A fazenda possui uma rede hidrográfica bastante densa constituída pelos rios Ngila que se encontra na posição norte, rio Lahoco que se encontra na posição sul e este ambos de caudal permanente e rio Quissala que se encontra na posição oeste | | |
| Regadio (S/N) | Sim | | |
| Sequeiro (S/N) | Sim | | |
| Número de trabalhadores | Eventuais: 100 | Mulheres: 72 | Homens: 18 |
| | Permanentes: 100 | Mulheres: 80 | Homens: 20 |
| Acesso | A fazenda encontra-se a 3 km da EN 240 (Gabela –Quibala) | | |
| Destino das águas residuais | As águas residuais serão enviadas para uma fossa séptica. | | |
| Áreas do terreno usadas/ocupadas por terceiros | Não foram identificados usuários informais de parcelas de terreno localizadas dentro dos limites da propriedade do proponente. | | |

Obs: 1 hectare equivale a 10.000 m²

2.2 Localização do subprojecto

A fazenda encontra-se localizada A Lucinda Mário De Castro Cunha, fica localizada na A fazenda Kaplanca situada na aldeia da Lapala, comuna do assango, município do Amboim (Gabela), Província do Cuanza-Sul, Apresenta as seguintes confrontações:

- **Norte:** Rio Ngila



MINAGRIF/PDAC



- **Sul:** Rio Laouco e terreno não cadastrado **Este:** Rio Laouco
- **Oeste:** picada e Riacho Quissala

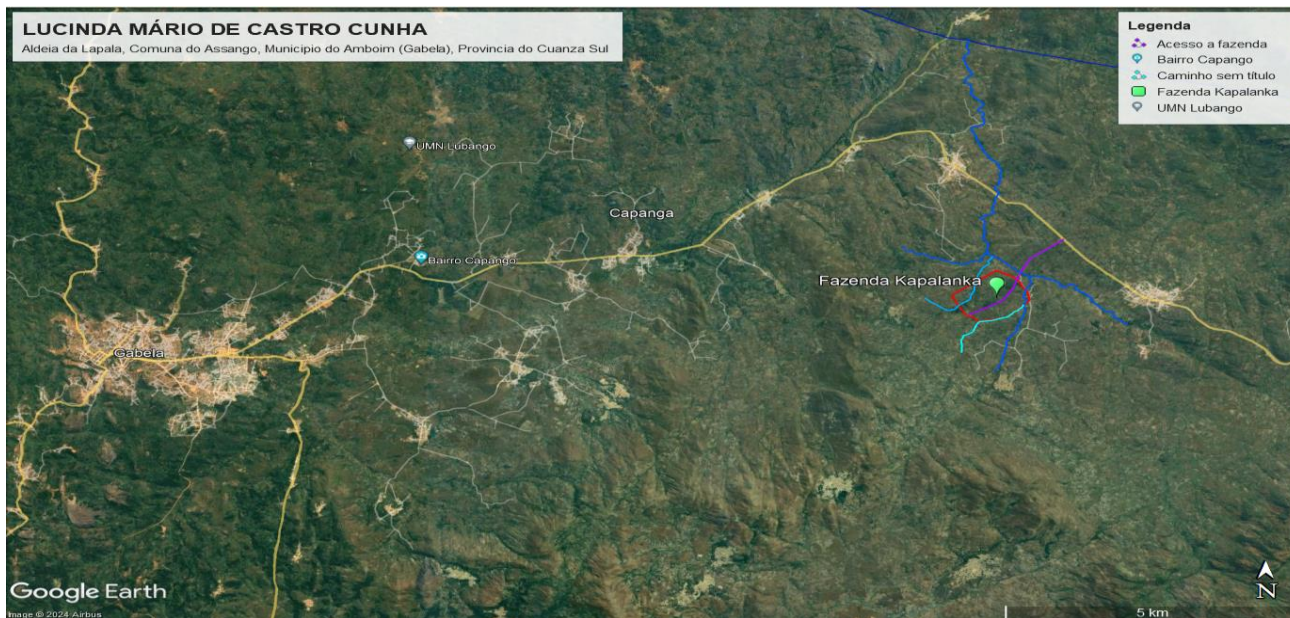


Figura 1: Mapa de Localização da Fazenda

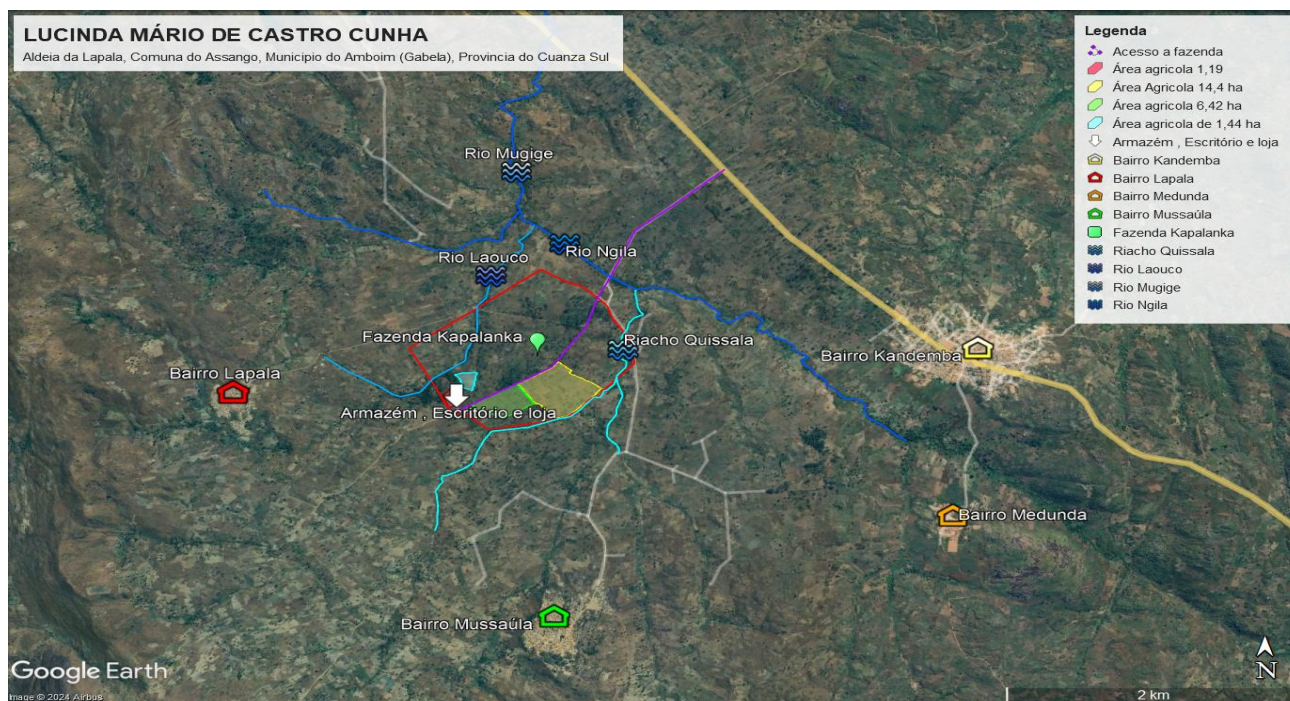


Figura 2: Mapa ambiental e Social da Lucinda Mário De Castro Cunha



MINAGRIF/PDAC



Figura 3: Infraestruturas e áreas agrícolas existentes na fazenda

2.3 Objectivos do subprojecto

O grande objectivo deste projecto consiste na reabilitação completa da fazenda de 100 ha seguindo duas direcções:

- 1ª Reabilitação completa do cafezal numa área aproximadamente de 40 ha. A reabilitação será realizada nos 2 primeiros anos (20 ha por ano) com densidades de 3.000 pés por ha a partir de mudas produzidas num viveiro estabelecido dentro da fazenda. As modalidades de produção do café serão totalmente biológicas sem qualquer uso de químicos em viveiro nem nos campos nem no pós colheita.
- 2ª Organização da outra parte da fazenda para produzir cultivos anuais de sequeiro em condições seguras, sem efeito ambientais negativos e com padrões de produção razoáveis. Escolher uma rotação bi-anual nas culturas de feijão e batata-doce em sequeiro e batata rena em regadio (1a epoca e de cacimbo) que poderá evoluir no tempo dependendo das procuras do mercado. Isso noutra parte da propriedade numa área de 10 ha.
- A fazenda vai priorizar o uso da mão-de-obra local, pretende-se introduzir algumas melhorias técnicas, que possibilitarão o aumento da produtividade e garantir melhor qualidade dos produtos para a venda.

Quando o cafezal estiver completamente produtivo, pretende-se produzir as seguintes quantidades:

- Café coco do cafezal reabilitado: 16 Toneladas/ano em 20 hectares
- Café coco de novo cafezal: 100 Toneladas/ano em 40 hectares

Objectivo das culturas anuais

- Feijão: 12 Toneladas/ano na epoca 1 em 8 hectares
- Batata doce: 120 Toneladas/ano na epoca 2 em 10 hectares
- Batata rena: 120 toneladas/ano nas epocas 1 (2 hectares) e de cacimbo (2 hectares).



MINAGRIF/PDAC



2.4 Plano de produção

A fazenda foi dividida em dois sistemas de culturas:

- Produção de culturas anuais de sequeiro: Batata doce e feijão
- Produção de cultura perene: Café
- Produção de cultura irrigada: Batata rena

Do total da área (100 ha) disponível na fazenda, para este projecto vai se utilizar 10 hectares para produção em regime de rotação de feijão e batata doce e em sistema irrigado batata rena.

Será usada a média tecnologia nos 7 anos do Projecto e produzir café biológico de alta qualidade através de tecnologias adequadas nas parcelas de café ao longo do ano sem químicos nem fertilizantes minerais.

Serão realizados trabalhos mecanizados para a preparação do terreno, sementeira e parte dos tratamentos. As demais práticas de produção (como a sacha nas culturas de grãos e tubérculos) serão feitas manualmente.

As tecnologias apresentadas no plano de negócio, consistirão em:

- Formulação de um plano anual de trabalho, baseado nas necessidades e na sucessão e rotações de culturas e o seu cumprimento estrito;
- A produção de café biológico sem qualquer uso de adubos nem químicos;
- Calagem, lavoura, gradagem, adubação de fundo e de superfície, sementeira, inóculos, fertilização adaptados às expectativas de rendimento e tratamento químico com herbicidas, inseticidas e fungicidas para as culturas anuais;
- Sacha, colheita, limpeza, descasque e/ou debulha, armazenamento, secagem e embalagem.

Padrões tecnológicos a serem utilizados

- O Trabalho do solo e sementeira serão feitos com meios mecânicos (trator, charrua/grade e semeador).
- Outras operações culturais serão manuais com uso de mão de obra eventual, contratada nas comunidades vizinhas.
- Uma boa preparação do solo, com profundidade adequada usando charrua e grades, de forma a permitir o desenvolvimento do sistema radicular bem como o bom arejamento dos solos.
- Uso de boas práticas agrícolas para o combate de ervas daninhas (sacha) e monitoramento para o controlo preventivo de pragas e doenças.

Serão usados padrões tecnológicos de média tecnologia, com os objectivos de rendimento a seguir:

- Feijão: 1,5 Tonelada/hectare;
- Batata rena: 30 Toneladas/hectares
- Batata doce: 12 Toneladas/hectares

Calagem das parcelas da fazenda

- A calagem deve ser realizada minimamente 2-3 meses antes do início da campanha agrícola, sob pena de haver efeitos negativos do calcário dolomítico sobre a boa germinação das sementes.



MINAGRIF/PDAC



- A 1ª calagem será realizada em 2024 (10 hectares), a 2ª calagem um ano depois no mesmo período de 2025 (10 hectare). Por isso os rendimentos planeados para o primeiro ano serão limitados por causa do baixo pH.

Recapitulação da operação da calagem:

- i) 1ª Aplicação em 2023 com aplicação de 2 toneladas/hectare de calcário dolomítico.
- ii) 2ª Aplicação em 2024 com aplicação de 2 toneladas/hectare de calcário dolomítico.
- iii) posteriormente, com aplicação de 200 - 250 kg por ano de calcário dolomítico nas campanhas seguintes. Tal aplicação acontecerá numa frequência de 4-5 anos com aplicação de 1 Tonelada por hectare no mesmo período de maio à junho. 10

Tecnologias para o café

- Preparação dos terrenos

O planeamento da implantação do cafezal em 10 ha será realizado desta forma, com o Plano de Negócio (PN) previsto para começar em setembro 2022:

- A fazenda já tem disponíveis mudas para 5 hectares, desta forma pretende-se adquirir mudas para mais 15 hectares de fornecedores com um investimento por hectare de 3.000 mudas com referência no compasso de 2 x 1,5 com sombreamento;
- Numa fase inicial pretende-se plantar grevilhas para o sombreamento o sombreamento ideal poderá consumir 300 plantinhas;
- As mudas serão produzidas pela de propagação por estacas (os padrões de produção são 0% no primeiro ano, 20 % no segundo ano, 80% no terceiro ano e 100% do 4º ano em diante), não havendo produção nos dois primeiros anos, contabilizam-se apenas os custos que será considerado como investimento no RURAL INVEST.

Primeiro ano

Após a lavoura, o primeiro ano vai consistir em;

- a) Coveamento e plantação das mudas de café (outubro e novembro); para esta actividade, estão previstos 2 homens por dia/ha com o apoio do mini tractor ou um reboque na distribuição das mudas, para os 20 ha será necessários 40 indivíduos.
- b) Poda de início ou desbrota (janeiro a março depois da pega das mudas): para esta actividade serão necessários 6 homens por dia/ha munidos de tesouras de poda.
- c) Limpeza do cafezal: no primeiro ano depois da plantação as mudas são fracas e as sachas devem ser muito frequentes (cada 2 meses) para os pés de café para não serem abafados pelas ervas daninhas. Para este trabalho estão previstas corta relvas nas entrelinhas, 6 vezes por ano, apoiada por 3 homens (do quadro do pessoal) por dia por hectare com a roçadeira lateral para a monda entre plantas.
- d) Para limitar a morte dos pés de café, foram previstas algumas regas durante a época de cacimbo depois da plantação. Esta actividade será efectuada por 10 homens por dia por unidade de área (3 regas/época seca) = 10 homens por ano.

Observação: durante tudo o período de cacimbo a parcela de café tem que estar limpa para evitar qualquer incêndio, muito frequente nessa época.



MINAGRIF/PDAC



Segundo, terceiro e quarto ano

Os anos 2, 3 e 4 após o plantio serão de acompanhamento do cafezal, os seus primeiros sinais de produção começam a surgir no terceiro ano, isto é, porque os primeiros botões florais do café produzido pela via seminal surgem no 3º ano após plantação.

A produção do café, em termos de rendimento acontece da seguinte forma:

- No segundo ano a produção será apenas de 20% devido a imaturidade física.
- Atinge mais de 80 % da capacidade no terceiro ano, e alcança a capacidade cruzeiro (100%) no quarto ano. Nesses anos o acompanhamento basear-se-á unicamente na limpeza do cafezal numa periodicidade bi ou trimestral. Deverá cuidar-se particularmente da monda antes do cacimbo para evitar os possíveis incêndios.
- No terceiro ano, se prevê podas de desfolhamento e formação, visto que nesta altura a planta já deve ter completado seu desenvolvimento vegetativo.
- Para este trabalho estão previstas passagens da corta relvas, 6 vezes por ano, apoiadas por 3 homens (do quadro do pessoal) por dia por ha com a roçadeira lateral para cada sacha
- Do quarto ano em diante
- A partir do 5 ano com o cafezal em plena produção, as actividades a serem realizadas serão as mesmas que em anos anteriores, diferenciando-se simplesmente na produtividade (100%). O objectivo de rendimento será de 5 000 kg (10 Ton) de café cereja por ha ou 2 500 kg (2,5 Ton) de café coco por ha (50 %). A colheita será feita com pelo menos 2 passagens no cafezal para colher unicamente as cerejas maduras.

2.5 Descrição das actividades previstas

Durante a implementação do subprojecto proposto, as actividades a serem realizadas serão as seguintes:

- Implantação de 1 viveiro com capacidades de produzir aproximadamente 175.000 mudas por ano.
- Reabilitar 30 hectares de cafezal antigo de variedade amboim a fim de aumentar nos 20 hectares já reabilitados em sistema de cultivo biológico;
- Limpeza dos hectares para a plantação das novas mudas de café;
- Coveamento e plantação das mudas de café;
- Acompanhamento e inserção das plantas em falta;
- Limpeza e poda do cafezal durante os primeiros anos não produtivos;
- Limpeza, acompanhamento das plantas de café e colheita a partir do momento onde tornam-se produtivos;
- Selecção das cerejas de café e secagem em condição perfeitas;
- Descasque, polimento, classificação, ensacamento, armazenamento e venda.

2.6 Principal tecnologia

A tecnologia a ser usada será de padrão médio. Serão incluídos processos mecanizados para preparação do terreno e sementeira, e manual para os restantes (acompanhamento da reabilitação do cafezal e algumas operações culturais pós sementeiros nas culturas de grãos e tubérculos)

Tanto para o café como para as culturas de grãos e tubérculos, as tecnologias são apresentadas dentro do relatório consistirão em:



MINAGRIF/PDAC



- Formulação de um plano anual de trabalho baseado nas necessidades do cafezal e nas rotações de culturas e o seu cumprimento estrito;
- Produção de mudas de café em viveiro, substituição completa do antigo cafezal e cuidados culturais no cafezal. A produção de café será completamente biológica sem o uso de quaisquer de adubos nem químicos.
- Limpeza, calagem, lavoura, gradagem, adubação de fundo e de superfície, sementeira, fertilização e tratamento químico com herbicidas, inseticidas e fungicidas.
- Sacha, colheita, limpeza, descasque e/ou debulha e embalagem.

Tecnologia de Pós-colheita (Secagem e Armazenamento)

As operações de colheita são cruciais para obter café de boa qualidade. A colheita será manual, a data da colheita deverá ser minuciosamente escolhida e será realizada com pelo menos duas passagens em cada plantação pois a colheita tem que seguir algumas regras:

- Selecionar cerejas maduras, ou seja, cerejas vermelhas brilhantes.
- Não devem ser colhidas, cerejas que ficaram secas na árvore ou que caíram no chão por muito tempo.
- Deixar as cerejas verdes na planta; uma colheita correcta não deverá conter mais de 15% de cerejas verdes.
- Antes da colheita deve-se comprar cestos, sacos, balanças, agulhas de coser sacos, linhas, tabuleiros de fundos de rede, recrutamento do pessoal para a colheita, logística para a permanência de trabalhadores eventuais provenientes de aldeias distantes bem como a respectiva alimentação.
- A colheita será feita com pelo menos 2 passagens no cafezal para colher unicamente as cerejas maduras. O trabalho de pós colheita e secagem do café será realizado de forma uniforme com uma equipa de 2-3 pessoas durante 15 – 20 dias, o que corresponde a aproximadamente 2 pessoas por ha.
- Logo a seguir o café será transportado ao terreiro. A fazenda vai secar as suas próprias produções de café cereja.

Secagem

- A secagem deve ocorrer em um ritmo moderado, mas não muito lento para evitar o crescimento de fungos.
- Assim que forem colhidas, as cerejas serão colocadas em camadas finas (de 3 a 4 centímetros de espessura) sobre uma área cimentada ou sobre uma lona preta;
- Serão mexidas frequentemente e classificadas para eliminar as cerejas defeituosas.
- O tempo de secagem, que depende do sol, é da ordem de 3 a 4 semanas permitindo um nível de humidade de 11 à 13%.

Armazenamento

Durante o armazenamento, os sacos serão colocados por cima de estrados e separados da parede por um intervalo de 1,5 metro de maneira a evitar o encosto na parede e a facilidade de ataque pelos fungos como é o caso da Ocrea toxina. O armazém será ventilado, mas também haverá o controlo rigoroso da abertura e fecho das portas e janelas de maneiras a evitar excessiva desidratação, procurar manter o nível de humidade em 12-13%. Outro controlo a ter é da broca do fruto e por isso antes da secagem na seleção a efectuar, um dos elementos importante é detectar grãos brocados e evitar que possam transitar para o terreiro e daí para o armazém.

2.7 Equipamentos por adquirir



MINAGRIF/PDAC



Tabela 5: Equipamentos por Adquirir

| Item | Equipamento | Quantidade | Características |
|------|---|------------|---|
| 2 | Sistema de rega gota – a – gota para extensão de 2 hectares | 1 | Com 1,5 x 1,5 m |
| 3 | Capinadeiras; | 2 | Usada para costurar materiais pesados e com maior eficiência, com uma capacidade de 2.000 sacos em um ciclo de produção |
| 4 | Pulverizador dorsal | 5 | Parte essencial da instalação eléctrica num imóvel que vai permitir fazer a distribuição completa da energia por toda zona fabril com toda segurança, evitando riscos de incêndio |
| 5 | Mesa para secagem do café | 1 | Para facilitar o trabalho de sacha nos cafezais |
| 6 | Classificador de café | 1 | Aquisição de paletes com o objectivo de otimizar e facilitar o transporte e armazenamento de mercadorias |
| 7 | Kit para viveiro | 1 | Conjunto compacto para descasque, polimento e classificação do café incorporado num só equipamento, ocupa o mínimo de espaço. |
| 8 | Material agrícola | 1 | Para ser usada na irrigação dos hectares de café, pretende-se fazer irrigação por gravidade. |

2.8 Resíduos Gerados

Os principais resíduos produzidos na fazenda são:

Tabela 6: Principais resíduos produzidos na fazenda

| Categorias | Quantidade (kg)/mês |
|--|---------------------|
| Matéria orgânica perecível | 20 |
| Plástico | 10 |
| Papel e papelão | 10 |
| Vidro (lâmpadas) | 3 |
| Metal ferroso | 4 |
| Material não ferroso | 7 |
| Madeira | 10 |
| Pano, trapo, couro e borracha | 20 |
| EPI's usados | 06 |
| Isca para ratos | 02 |
| Cinzas (produzidas a partir da confecção de alimentos, pelo uso de carvão ou lenha) | 05 |
| outros | 04 |

2.9 Necessidades hídricas das culturas e para o consumo humano

O presente subprojecto tem como actividade principal a produção de café em 100 hectares. As culturas serão instaladas em sistema de regadio e Sequeiro. De uma maneira geral o consumo é demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 7: Necessidade hídrica das Culturas

| Culturas | Consumo por Ciclo |
|-------------|-------------------|
| Café | 200 mm à 400 mm |
| Feijão | 300 mm |
| Batata doce | 250 mm à 550 mm |
| Batata rena | 400 mm à 600 mm |

Obs.: 1 mm de chuva equivale a 1 litro/m².

Tendo em conta o clima da região em que os valores das especificações pluviométricas anuais ultrapassam os 1000 mm, as necessidades hídricas das culturas serão supridas pelas chuvas e pela rega. O proponente deverá garantir reservatórios adequados e devidamente higienizados para o armazenamento da água para consumo humano.



MINAGRIF/PDAC



No que diz respeito aos recursos hídricos, a fazenda possui uma rede hidrográfica bastante densa constituída pelos rios Mugige, Ngila, Laouco e riacho Quissala de caudal permanente, e os secundários Lungo e Cassau de caudal temporário, alimentados por uma nascente localizada dentro da área da fazenda., que servem para irrigação e o consumo dos trabalhadores, recomenda-se que seja tratada (com lixívia para desinfestação da água para consumo humano) e armazenada em recipientes adequados e higienizados. Por outra, existe um sistema por gravidade de água canalizada que abastece a fazenda.

2.10 Efluentes

A zona do subprojecto dispõe de infraestruturas essenciais, incluindo rede coletora de águas residuais e pluviais. Tendo em conta a natureza do subprojecto serão lançados unicamente efluentes residuais oriundos das instalações sanitárias e refeitório. As águas residuais serão enviadas para uma fossa séptica.



MINAGRIF/PDAC



3 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL

3.1 Caracterização biofísica

Tabela 8: Enquadramento Biofísico

| Aspectos Ambientais | Descrição |
|----------------------------|--|
| Clima | A região da fazenda em particular, possui um clima frio, boa precipitação para o cultivo de produtos agrícolas e regista muita chuva |
| Vegetação | A grande extensão da fazenda é ocupada por cobertura vegetal constituída por estrato herbáceo e arbustos isolados, devido ao facto de os campos terem sido cultivados durante muitos anos |
| Biodiversidade | Não existem animais de grande porte na fazenda com excepção os de recolção (ratos, toupeiras, aves, entre outros) |
| Solos | Os solos variam de ferralíticos (são solos muito desenvolvidos, muito profundos de textura argilosa ou franco-argilosa, óptima porosidade, cor vermelha à amarela, baixa fertilidade natural bem drenados e muito ácidos) à arenosos (cor amarela, sem estrutura natural, profundos, moderada ou excessivamente drenados, ácidos, muito pobres em nutrientes, sem possibilidade de absorção destes e são de difícil manejo). |
| Hidrografia | A fazenda possui uma rede hidrográfica bastante densa constituída pelos rios Ngila que se encontra na posição norte, rio Laouco que se encontra na posição sul e este ambos de caudal permanente e riacho Quissala que se encontra na posição oeste |
| Qualidade do Ruído | O ruído na envolvente é característico de zonas agrícolas originado pela movimentação de motorizadas, circulação de veículos agrícolas, funcionamento de equipamentos e movimentação de alguns veículos de transporte de mercadorias. Os ruídos na envolvente são feitos por motorizadas e alguns veículos de transporte de mercadorias |
| Qualidade do Ar | Na área do subprojecto, a existência de poeiras deve-se à movimentação de veículos e preparação do solo. O ar na envolvente da fazenda é composto por partículas em suspensão e fumaça decorrente da movimentação de veículos e máquinas. Considera-se que a qualidade do ar é boa, por ser característica de áreas rurais |
| Área de conservação | A fazenda não se encontra dentro de uma área de conservação |

3.2 Caracterização socioeconómica e descrição das características e condições sociais

Tabela 9: Características socioeconómicas

| Aspectos Social | Descrição |
|---|--|
| Características geográficas e demografia¹ | Área: 4 642 km ² População: 126 000 hab (2014) Densidade: 15 hab./km ² |
| Características culturais | A população é maioritariamente composta pelo grupo etnolinguístico Ngoya |
| Actividades económicas | Agricultura, pesca e pecuária. |
| Infraestruturas sociais | Não tem nenhuma infraestrutura social próximo a fazenda |
| Comunidades próximas | As comunidades próximas à fazenda são: <ul style="list-style-type: none"> • Bairro Lapala (com cerca de 800 habitantes) dista a 2 km da fazenda; • Bairro Mussa`la (com cerca de 2.000 habitantes) dista a 2 km da fazenda; • Bairro Medunda (com cerca de 900 habitantes) dista a 4 km da fazenda; |

¹ Dados do ano de 2014, da Administração do Municipal do Amboim - Gabela



MINAGRIF/PDAC



| | |
|---|--|
| | <ul style="list-style-type: none">• Bairro Kandemba (com cerca de 1500 habitantes) dista a 5 km da fazenda |
| Recursos naturais usados pela população local | <ul style="list-style-type: none">• Exploração de madeira para a produção de lenha, carvão e construção de pequenas infraestruturas. Por outra, para gastronomia e para fins medicinais, a população faz o uso de algumas plantas e frutos;• Exploração de inertes (argila, brita, calcário, etc)• A nível hídrico a população usa a água do rio Lombe para diversas actividades, tais como: lavagem de roupas, rega, consumo humano e animal. Por outra, há grupos que se dedicam a pesca fluvial;• Exploração de terras para a prática da agricultura; A comunidade dedica-se a caça de animais de pequeno porte tais como: ratos, toupeiras, paca, aves, entre outros; |
| Uso e ocupação (dentro dos limites da propriedade) | Não existe ocupantes no interior da fazenda. |



MINAGRIF/PDAC



4 ENQUADRAMENTO LEGAL

O PGAS da **Lucinda Mário De Castro Cunha**, foi concebido para ser implementado segundo as normas legislativas ambientais e sociais da República de Angola e alinhadas às Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial aplicáveis ao PDAC.

4.1 Legislação Ambiental e Social Angolana e Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial

Legislação Ambiental Angolana:

- Decreto Executivo nº 17/13 de 22 de Janeiro – Gestão de resíduos de demolição e construção
- Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril – Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental
- Decreto Presidencial nº 82/14 de 21 de Abril – Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos
- Decreto Presidencial nº 190/12 de 24 de Agosto – Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos
- Decreto Presidencial nº 194/11 de 07 de Julho – Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.
- Decreto Presidencial nº 196/12, de 30 de Agosto – Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)
- Decreto Presidencial nº 261/11 de 6 de Outubro – Sobre a Qualidade da Água
- Decreto Executivo nº 92/12 de 1 de Março – Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais
- Lei nº 05/98 de 19 de Junho – Lei de Bases do Ambiente
- Lei nº 06 / 02 de 21 de Junho – Lei das Águas
- Lei nº 09/04 de 9 de Novembro- Lei de Terra
- Lei nº 06/17 – Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem

Legislação Social Angolana:

- Decreto Presidencial nº 222/13 de 24 de Dezembro – Política Nacional para a Igualdade e Equidade de género e a respectiva Estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitoria da política
- Decreto nº 43/03 de 4 de Julho – Regulamento sobre o VIH/ SIDA, Emprego e Formação Profissional
- Decreto nº 53/05 de 15 de Agosto – Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais
- Decreto – Executivo nº 6/96 de 2 de Fevereiro – Sobre a legislação de Saúde e Segurança Ocupacional
- Lei nº 01/21 de 7 de Janeiro – Lei das Expropriações
- Lei nº 07/04 de 15 de Outubro – Lei de Bases da Protecção Social
- Lei n.º 12/23, de 27 de Dezembro – Lei Geral do Trabalho
- Decreto nº 31/95 de 5 Novembro – Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.
- Lei nº 22/11 de 17 de Junho – Lei da Protecção de Dados Pessoais
- Lei nº 25/11 de 14 de Julho – Violência Doméstica
- Lei nº 25/12 de 22 de Agosto – Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança

Políticas Operacionais do BM

- OP 4.01 – Avaliação Ambiental
- OP 4.04 – Habitat Natural



MINAGRIF/PDAC



- OP 4.37 – Segurança de barragens/represas
- OP 4.09 – Gestão de Pragas
- OP 4.11 – Recursos físicos e culturais
- OP 4.12 – Reassentamento Involuntário

4.2 Avaliação das lacunas da legislação e recomendações

A avaliação das lacunas legislativas é necessária para verificar se a estrutura legislativa existente no país é adequada para a gestão social e ambiental eficaz e se a estrutura legislativa apoia as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. (Ver tabela a seguir)

Tabela 10: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial

| Aspecto | Leis de Angola | Exigência do Banco Mundial | Lacuna ou Conflito |
|---|--|--|---|
| O EIA é necessário para actividades de infraestruturas propostas | O Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril sobre o Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental. Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental. Este diploma revoga o Decreto nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental. | A OP 4.01 exige EIA completo para todos os projectos classificados como sendo de Categoria A. Para projectos de Categoria B, alguma forma de avaliação ambiental é necessária, geralmente menos rigoroso do que um EIA completo e muitas vezes tomando a forma de um Plano de Gestão Ambiental (PGA). | Sem lacunas assinaláveis |
| Gestão de Pragas | Angola tem um regulamento para a produção, importação, comércio e utilização de pesticidas aprovados 1965 durante a era colonial. Através deste regulamento, o Ministério da Agricultura tem um mandato para gerir pesticidas no país. | A política de Gestão de Pragas do Banco Mundial (OP 4.09) promove o uso de técnicas Gestão Integrada de Pragas que visam minimizar o uso de pesticidas sintéticos. Ela promove o uso seguro, manuseamento, armazenagem e eliminação de pesticidas químicos aprovado | O regulamento angolano de gestão de pesticidas é antigo e pode não ser capaz de lidar com as necessidades da agricultura comercial em vigor. Pelo que se recomenda a aplicação dos padrões do Banco Mundial. |
| Reassentamento involuntário | <ul style="list-style-type: none"> • A Constituição da República de Angola nº 2 do artigo 15 reconhece às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei sem prejuízo da possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei. • A Lei de Terras nº 9/04 - O Estado só pode expropriar terras se for utilizado para uma finalidade pública. • A Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo nº 3/04, artigo 20 (Expropriação por utilidade pública) • Direito Ambiental, Lei nº. 5/98 – Assume que o desenvolvimento de | OP 4.12 requer o desenvolvimento de Plano de Reassentamento para abordar os impactos económicos e sociais resultantes de investimentos assistidos pelo Banco e que resultam da tomada involuntária de terras, resultando em (i) mudança ou perda de abrigo; (ii) perda de bens ou de acesso a bens; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de subsistência, independentemente se as pessoas afectadas devem ou não mudar para outro local; ou (B) a restrição involuntária de acesso a parques e áreas designadas legalmente protegidos, | Embora peças de legislação angolana abordem assuntos relacionados ao reassentamento, não foi identificada uma regulamentação específica sobre o reassentamento como resultado das actividades económicas. A política do Banco Mundial e Padrão de Desempenho GBM deve ser aplicada em caso de necessidade de reassentamento. O QPR fornece mais orientações sobre este assunto. |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto | Leis de Angola | Exigência do Banco Mundial | Lacuna ou Conflito |
|--------------------------------------|---|---|---|
| | qualquer infraestrutura que tem um impacto ambiental ou social deve incluir uma consulta prévia com a população afectada. | resultando em impactos adversos sobre meios de subsistência das pessoas deslocadas. | |
| Saúde e Segurança no Trabalho | <p>•A Lei Geral do Trabalho nº 7/15 – A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.</p> | O BM elaborou Manuais de Procedimentos de Revisão Ambiental e Social (ESRP) que definem as tarefas aprovadas pela administração da GBM para alcançar a conformidade do cliente com as Normas de Política e Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social, Política de Acesso à Informação e Directrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSA). | Pouco rigor na observância das normas sobre a SST (implementação e controlo quase inexistente; existência de poucos profissionais de SST e SST e é percebido como impedimento). |
| Consultas Publicas | <p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril)</p> <p>Os subprojectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são obrigatoriamente sujeitos a consultas públicas promovidas pelo departamento ministerial do ambiente.</p> | O processo de consulta deverá envolver:(i) consultas a grupos de interesse que exigem atenção especial (grupos focais), agências nacionais, ONGs (ii) reuniões abertas ao público nos municípios. As consultas deverão acontecer na fase de selecção do local do subprojecto, triagem do subprojecto, elaboração de documentos (PGAS); (iii) As Consultas públicas devem ser consideradas com um processo contínuo. | Na legislação nacional as consultas públicas são feitas após a elaboração e análise do EIA, convocadas pelo órgão ministerial e organizadas pelo proponente. Os projectos que passam pela consulta pública são projectos indústrias e de obras porque têm maior impacto O BM exige consulta pública para todos os subprojectos e são realizados pelo TSP's para cada subprojecto ou um conjunto de subprojectos no âmbito da elaboração do PGAS |
| Triagem Ambiental e Social | <p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são sujeitos a triagem ambiental no portal de registo dos projectos SIA (Serviço Integrado do Ambiente) do Ministério do Ambiente (MINAMB)</p> | Banco Mundial realiza triagem ambiental de cada projecto proposto para determinar a extensão apropriada e tipo de avaliação ambiental exigido. A OP 4.01 do Banco sobre avaliação ambiental classifica o projecto proposto em uma das quatro categorias A, B, C e D, dependendo do tipo, localização, sensibilidade escala do projecto e da natureza e magnitude dos impactos ambientais previstos. | <p>Não existem conflitos ou lacunas assinaláveis uma vez que o processo de triagem ambiental e social do Banco Mundial cumpre com os requisitos da legislação ambiental angolana para triagem e parecer ambiental dos subprojectos registados no portal do MINAMB</p> <p>O BM exige uma ficha de triagem ambiental e social que prevê a pré-avaliação ambiental e social do subprojecto antes da elaboração do PGAS e das consultas públicas.</p> |



MINAGRIF/PDAC



5 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Neste capítulo são apresentados a metodologia e os critérios utilizados para determinar os potenciais impactos ambientais e sociais ligados à implementação do subprojecto.

5.1 Metodologia de avaliação dos impactos Ambientais e Sociais

Definição dos impactos: “Um impacto é qualquer mudança ambiental, para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água, na biodiversidade e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas.” – Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril.

Os impactos podem ser de natureza positiva ou negativa. É negativo quando ocorre uma alteração indesejável no ambiente e positivo quando ocorre uma alteração desejável, ou seja, quando ocorre uma melhoria no ambiente. A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacte venha a ocorrer. Os critérios usados para determinar a consequência do impacto são apresentados na tabela seguinte de classificação dos impactos ambientais e sociais utilizadas na elaboração do presente PGAS.

Tabela 11: Classificação dos impactos

| Classificação | Definição de Classificação | Pontuação |
|--|---|-----------|
| A. Âmbito – a área onde se vai sentir o impacte | | |
| Local | Confinado à área do subprojecto | 1 |
| Regional | Os efeitos do impacto podem atingir áreas num raio de 1- 5 km do local do subprojecto | 2 |
| (Inter)regional | Podem atingir áreas num raio entre 5 km- 10 km do local do subprojecto. | 3 |
| B. Intensidade – a magnitude do impacte em relação à sensibilidade do meio receptor | | |
| Baixa | As funções e processos naturais e/ou sociais são alterados de forma ínfima. | 1 |
| Média | As funções e processos naturais e/ou sociais continuam, embora de forma alterada. | 2 |
| Elevada | As funções e processos naturais e/ou sociais são gravemente alterados. | 3 |
| C. Duração – o período durante o qual se sentirá o impacte | | |
| Curto prazo | Até 6 meses. | 1 |
| Médio prazo | 6 meses a 2 anos. | 2 |
| Longo prazo | Mais de 2 anos. | 3 |
| D. Probabilidade do impacte – a probabilidade de ocorrência do impacte | | |
| Baixa | <40% de probabilidade de ocorrer | 1 |
| Média | Entre 40%- 70% de probabilidade de ocorrer | 2 |
| Alta | >70%-90% de probabilidade de ocorrer | 3 |
| Reversibilidade | | |
| Reversível | As medidas de mitigação são capazes de reverter as acções dos impactos | 1 |
| Irreversível | As medidas de mitigação não são capazes de reverter as acções dos impactos | 2 |
| Significância (D+R+M+A) | | |
| Pouco significativo | Quando as consequências do impacto são pouco significativas | 4-14 |
| Significativo | Quando as consequências do impacto são significativas | 15-28 |
| Muito significativo | Quando as consequências do impacto são muito significativas | 29-42 |
| Grau de impacto (S x P) | | |
| Fraco | Quando o impacto tem baixa probabilidade de ocorrência e é pouco significativo | 4-14 |
| Moderado | Quando o impacto tem média probabilidade de ocorrência e é significativo | 15-28 |
| Forte | Quando o impacto tem alta probabilidade de ocorrência e muito significativo | 29-42 |
| Natureza | | |
| Os impactos são classificados como Positivos , quando resultar em melhoria da qualidade ambiental e Negativo , quando resultar em danos ou perturbação em algum componente ambiental | | |



MINAGRIF/PDAC



5.2 Avaliação dos impactos ambientais e sociais e medidas de mitigação

Tabela 12: Avaliação e mitigação de impactos ambientais e sociais

| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--------------------------|--|--|--|-------------------------------------|
| Aspecto Ambiental | | | | |
| Solo | <ul style="list-style-type: none"> • Construção de viveiro para produção de 60.000 mudas/ano, de WC's por Género 6 m², Fossa Séptica de 6m³, e de Ecopontos; • Reabilitação de armazém 25m*25m e de escritório - loja; • Preparo inadequado do solo • Manutenção de máquinas e equipamentos causando derrame de combustíveis e lubrificantes • Trocas inadequadas de combustíveis • Uso incorrecto de equipamentos (máquinas e gerador) • Gestão incorrecta de resíduos, especialmente os perigosos tais como os óleos contaminados. • Supressão da vegetação • Uso de técnicas inapropriadas de irrigação, • Não usa defensivos químicos, para o controle de pragas e doenças • O plano de produção prevê o uso de restos de capina, estrumes e poderá fazer recurso ao uso de leguminosa como a mucuna sobre a qual existem registos importantes na qualidade intrínseca de fixador de Rhizobium • Os restos das capinas e os estrumes jogam o papel de aumentar as condições de habitabilidade da flora | <ul style="list-style-type: none"> • Contaminação dos solos por derrame de combustíveis e lubrificantes • Produção de resíduos de construção e demolição. • Intrusão visual resultante do acúmulo de resíduos de construção civil • Descarte inadequado de resíduos • Compactação do solo • Erosão do solo /Salinização no solo • Redução da qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo • Redução e/ou eliminação da biodiversidade • café biológico sem uso de químicos ou fertilizantes minerais e com um sistema de produção muito preservador do ambiente e dos solos (cafezais com sombra de grevilhas). | <ul style="list-style-type: none"> • Cumprir com as orientações do Plano de Gestão de Resíduos. • Selecionar um local adequado para a deposição dos resíduos de construção. Estes resíduos deverão ser geridos adequadamente e de acordo a legislação nacional nomeadamente Decreto Executivo n° 17/13 sobre os Resíduos de Construção e Demolição e o Decreto Presidencial n° 190/12 sobre o Regulamento de Gestão de Resíduos • Realizar sempre a preparação do solo na época certa de cultivo. • Realizar sempre a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. • Impermeabilizar ou pavimentar conforme legislação os recintos de manutenção regular equipamentos e máquinas, oficina, armazenamento e abastecimento de combustíveis e zonas de geradores e construir bacias de decantação de hidrocarbonetos para conter possíveis derrames acidentais de combustíveis e lubrificantes. • Os resíduos e efluentes residuais resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para um destino final ambientalmente adequado. • O seu uso deverá ser de acordo com as orientações internacionais e responder às medidas de protecção do ambiente. • Promover a reflorestação e desencorajar a desflorestação porque a produção de café sombreado contribui para a preservação do solo, uma vez que as florestas desempenham um papel crucial nesse processo. Além de fornecerem sombra para as plantas de café, as florestas atuam como uma barreira protetora contra a erosão e o impacto das gotas de chuva. Essa proteção ajuda a manter a umidade do solo, preservando suas características e nutrientes. Além disso, as florestas promovem a biodiversidade, enriquecendo o solo com uma variedade de | Proponente com apoio técnico do TSP |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--------------------------|---|---|---|--|
| | <p>e fauna microbiana que ao mesmo tempo desempenham o papel de decompositores de fertilizantes e catalizadores que criam maior acessibilidade destes a nutrição das plantas</p> | | <p>organismos e contribuindo para a manutenção de um ecossistema saudável.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a adopção da técnica de rotação de culturas com leguminosas. • Conservar as árvores nativas para ter sombra na plantação • Proteger habitats para plantas e animais nativos. • O controle de pragas e doenças deve ser feito com produtos alternativos, como as caldas sulfocálcica e bordalesa, que têm funções fungicida, acaricida e repelente • O seu uso deverá ser de acordo com as orientações internacionais e responder às medidas de protecção do ambiente. • Conservar as árvores nativas para dar sombra às plantações de café e proteger os habitats de plantas e animais. • O control de pragas deve sr feito com produtos alternativos como calda sulfocálcica e bordalesa que têm funções acaricidas, fungicidas e repelentes. • Conservar as árvores nativas para ter sombra na plantação • Proteger habitats para plantas e animais nativos. • Promover a adopção da técnica de rotação de culturas com leguminosas. | |
| <p>Recursos Hídricos</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Actividades relacionadas com má gestão de resíduos e de efluentes • Deposição inadequada dos resíduos que poderá ocorrer junto de linhas de água bem como o tratamento de águas residuais/efluentes • Supressão da vegetação e risco de erosão • Gestão incorrecta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado; • Instalação de sistema de rega em 2 hectares • Emissões de poeira durante a preparação de terras agrícolas durante | <ul style="list-style-type: none"> • Desperdício de água • Contaminação dos rios Cananvale, Muxixi, Lungo e Cassau. • Perda da biodiversidade aquática • Erosão dos solos | <ul style="list-style-type: none"> • A rega deverá ser feita nas primeiras horas e no fim do dia • Utilizar sistema de rega por gotejamento (gota a gota) • A poupança de a volta da planta é importante pois permite diminuir as perdas por evapotranspiração • Instalação de fossas sépticas (ou equivalentes) para a recolha das águas residuais, incluindo os efluentes das lavagens dos equipamentos. • Para reduzir a pressão sobre os recursos hídricos, podem ser adoptadas técnicas como a reutilização da água, a recolha de águas pluviais e a educação ambiental para que os proponentes estejam conscientes da importância deste recurso. • Seleccionar empresas devidamente certificadas pelas autoridades competentes, para a gestão de efluentes. • Antes de serem descarregados no meio receptor, os efluentes devem ser tratados sempre que possível e se disponível, de | <p>Proponente com apoio técnico do TSP</p> |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--------------------------|--|---|--|-------------------------------------|
| | <p>a época seca. Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como nutrientes, e traços de metais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas. • Técnicas de cultivo inapropriadas. | | <p>forma a cumprir os critérios mínimos de qualidade estabelecidos pelas directrizes nacionais sobre qualidade de efluentes e tratamento de águas residuais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Determinar áreas menos sensíveis em termos de erosão e sensibilidade da biodiversidade para o lançamento de efluentes residuais produzidos na fazenda. após tratamento. Esta descarga apenas poderá ser efectuada em local indicado pelas autoridades relevantes e após a sua aprovação pelas mesmas. • Acondicionamento de resíduos em local devidamente indicado e adequado à boa recepção dos resíduos”, antes de serem encaminhados para destino final • Plantação de árvores ao redor da represa como medida compensatória | |
| Qualidade do ar | <ul style="list-style-type: none"> • Funcionamento dos equipamentos e geradores de energia a diesel • Construção e reabilitação de infraestruturas físicas como: alpendre (ecoponto) de 4 m², área de repouso para os trabalhadores de 25 m², fossa séptica de 6 m³, instalação sanitária separada por género 6 m² e armazém 300 m² • Descarte inadequado de resíduos • Preparação de terras de agricultura durante a época seca. | <ul style="list-style-type: none"> • Degradação da qualidade do ar • Geração de ruídos e poeiras • Emissões de fumos | <ul style="list-style-type: none"> • Uso de máscaras em caso de poeiras. • Fornecer aos trabalhadores equipamentos de protecção individual (EPI) adequados. • Capacitar o pessoal para o manuseio adequado de produtos químicos • Acções de reutilização e redução de resíduos (conforme o plano de gestão de resíduos). • Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos • Evitar a selecção de áreas com elevados valores de biodiversidade, tais como habitats críticos ou naturais, zonas com altos valores de conservação. • Correcto manuseio dos sistemas de tratamento de água para que estes não sejam fontes de emissão de gases e odores | Proponente com apoio técnico do TSP |
| Gestão de resíduos | <ul style="list-style-type: none"> • Gestão inadequada de resíduos (resíduos de construção e as respectivas embalagens, produtos de limpeza. • Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas do subprojecto “Lucinda Mário De Castro Cunha”. | <ul style="list-style-type: none"> • Poluição atmosférica • Contaminação dos solos e da água • Exposição a produtos tóxicos • Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem • Potencial de poluir as águas superficiais e o lençol freático (amónia e nitratos). (efeitos sobre a qualidade da água) | <ul style="list-style-type: none"> • Os resíduos perigosos, sempre que forem gerados devem ser colocados num recipiente estanque para evitar derrames e lixiviação e ser controlados e manuseados de modo a não colocar em perigo o ambiente e as pessoas; • Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos; • Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem (conforme o plano de gestão de resíduos). • Os resíduos de palha podem ser reciclados e incorporados no solo para reposição de nutrientes. | Proponente com apoio técnico do TSP |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|-------------------------------|---|---|---|-------------------------------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> • Fornecer treinamento e orientação aos trabalhadores sobre gestão de resíduos. • Evitar que os resíduos sejam queimados. • Os resíduos orgânicos (restos de alimentos) serão reciclados para a alimentação dos animais da fazenda. • Fazer a compostagem de restos de café e a reciclagem de materiais utilizados na produção. • Realizar a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. Os resíduos resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para local apropriado de deposição final para a protecção do solo. • Identificar os locais adequados para o depósito de entulho e materiais sobrantes resultantes do processo de construção (pavimentação). | |
| Aspecto Social | | | | |
| Saúde e segurança Ocupacional | Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas | <ul style="list-style-type: none"> • Riscos operacionais e no local de trabalho • Risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do subprojecto • Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, entre outros • Doenças respiratórias e da pele. | <ul style="list-style-type: none"> • Educar os agricultores para que adoptem boas práticas com base nas técnicas de manuseio de pragas, • Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; • Manter no local material para prestar os primeiros socorros (por exemplo: soro antiveneno). o pessoal treinado deve estar disponível para os procedimentos de evacuação de emergência (conforme os planos de emergência) • Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSSO); • Garantir o abastecimento de água adequado para responder ao consumo dos trabalhadores • A sinalização adequada dos locais para informar os trabalhadores sobre as principais regras e regulamentos a seguir; • Assegurar a implementação de medidas de preparação e resposta a emergência. | Proponente com apoio técnico do TSP |
| | Alojamentos inseguros e anti-higiénicos para os trabalhadores | <ul style="list-style-type: none"> • Saúde enfraquecida do trabalhador | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir instalações apropriadas aos seus trabalhadores que incluem o ambiente físico, a saúde e as precauções de | Proponente com apoio |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|----------------------------|---|---|--|---|
| | | | segurança, além do acesso a instalações sanitárias de acordo as recomendações da IFC | técnico do TSP |
| Contratação de mão-de-obra | Salários baixos ou insuficientes | Insatisfação dos trabalhadores, probabilidade de haver greve ou paragem dos trabalhos na fazenda. | Cumprir com o salário mínimo estipulado na LGT | Proponente com apoio técnico do TSP |
| | Trabalho infantil | <ul style="list-style-type: none"> Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação Aumento do número de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida. | <ul style="list-style-type: none"> Sensibilização a não levar as crianças aos campos de cultivo aos trabalhadores eventuais e efectivos, abordar durante as formações de palestras com os trabalhadores, bem-estar das crianças, cuidados básicos a ter com as crianças aos períodos laborais (ex.: protegê-las do sol e de riscos específicos nos locais de trabalho, no contacto com os animais, etc) e assegurar o uso de água potável com as crianças durante o horário de trabalho; Sensibilização a aderência à escola; Criar um espaço comunitário e contratar uma educadora para acompanhar as crianças enquanto os pais estão no campo. | Proponente com apoio técnico do TSP |
| | <ul style="list-style-type: none"> Assédio verbal e físico; Exploração e Abuso sexual e Assédio Sexual (EAS/AS) sobre as comunidades envolventes ou entre o pessoal profissional no ambiente de trabalho. | <ul style="list-style-type: none"> Pouca produtividade dos trabalhadores e aumento de stress no seio dos mesmos. Perca da autoestima; Depressão; Perturbações de memória; Trauma físico e ou psicológico sobre a vítima; Conflito com a comunidade envolvente; Perda de trabalho do trabalhador. | <ul style="list-style-type: none"> Subscrever e aplicar o Código de Conduta a todos os trabalhadores do subprojecto, que proíbe actos EAS/AS e contacto sexual com os menores de 18 anos e outras condutas exigidas para assegurar as boas relações no trabalho e na comunidade envolvente sancionando em caso de incumprimento; Assegurar que todos trabalhadores (homens e mulheres) assinam o CdC;) Garantir o treinamento periódico dos trabalhadores sobre questões relacionadas à VBG/EAS/AS, suas obrigações e comportamentos proibidos estipulados no CdC; Assegurar que os espaços e instalações sanitárias no site são separados por género, seguros e bem iluminados; Garantir que os procedimentos de implementação integrem medidas sensíveis ao género; Sensibilizar os trabalhadores e a comunidade envolvente sobre a temática de EAS/AS | Proponente com apoio técnico do TSP e especialistas do PDAC |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--------------------------|---|--|---|-------------------------------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> Treinamentos periódicos dos preponentes e trabalhadores sobre a temática e o conteúdo dos CdC e MSGR (palestras, formação, encontros com as comunidades vizinhas); Consultas independentes das mulheres nas comunidades afectadas e interessadas Implementação do MSGR, sensibilização das comunidades e trabalhadores Promover igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho para ambos sexos; Garantir a implementação de sanções sobre práticas de assédio no subprojecto sendo estas consideradas como inaceitáveis em alguns casos culminando o despedimento; Accionar imediatamente o Mecanismo de Sugestão e Gestão de Reclamações (MSGR) do PDAC em caso de incidente ou acidente relacionado com o subprojecto. Garantir que informações sobre como denunciar casos de VBG/EAS/AS sejam disseminadas no subprojecto e nas comunidades envolventes (através de palestras, formação e encontros com os trabalhadores e comunidades) e assegurar o acesso ao MSGR. Não deve haver compensação económica à vítima, e isso não deve ser encorajado pela a empresa | |
| | <ul style="list-style-type: none"> Cargas horarias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil) Contratação de mão- de - obra permanente | <ul style="list-style-type: none"> Fadiga do trabalhador, provocando mais número de lesões e doenças Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil) Falta de protecção social dentro da fazenda | <ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar os proponentes e trabalhadores sobre questões laborais, Cumprir com as orientações da legislação nacional sobre a carga horária dos trabalhadores. Elaborar contratos de trabalho conforme a LGT Promover igualdade de oportunidade para ambos sexos. | Proponente com apoio técnico do TSP |
| | Criação de novos postos de trabalho | Oportunidades de emprego e melhoria do rendimento familiar | <ul style="list-style-type: none"> Sempre que possível, tendo em conta às necessidades e a qualificação da mão-de-obra, dar preferência à população local e da envolvente em termos de emprego, com vista à redução dos níveis de desemprego local. Promover igualdade de oportunidade para ambos sexos. | Proponente com apoio técnico do TSP |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--|---|--|---|---|
| Afectação/deslocamento de activos económicos/físicos | <ul style="list-style-type: none">Exploração de novas áreas agrícolas dentro da FazendaTransporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação | <ul style="list-style-type: none">Deslocamento económico/físico (se se verificarem lavras ou habitação de população, ainda que informal, nas áreas agrícolas que serão exploradas pelo subprojecto);Afectação de activos económicos nas vias de acesso à Fazenda durante o transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação. | <ul style="list-style-type: none">Identificar e cadastrar os actuais ocupantes que usam parcelas de terreno (ainda que de modo informal ou provisório) pertencentes à propriedade do proponente para a prática de actividades de subsistência, indicando o tipo de estruturas, culturas e outros activos económicos e/ou físicos existentes (<i>ver modelo de ficha de cadastro em anexo 8.6</i>).Identificar e cadastrar os actuais activos económicos e/ou físicos localizados nas bermas da via de acesso à propriedade do Proponente sob risco de afectação durante a deslocação de materiais e/ou inertes relacionados com obras e outros trabalhos previstos pelo Plano de Negócios (considerar os que se situem dentro de uma largura total de 7m da via de acesso²).O proponente deverá analisar e encontrar soluções alternativas que evitem qualquer tipo de deslocamento físico e/ou económico de utilizadores de parcelas de terrenos nas áreas de exploração, de modo a assegurar a continuidade das actividades económicas e/ou de subsistência dos actuais utilizadores durante o período de financiamento.Danos causados acidentalmente em parcelas localizadas ao longo das vias de acesso à propriedade do Proponente durante o transporte de materiais e inertes deverão ser reportados ao PDAC, repostos e indemnizados, por mútuo acordo, mediado pela equipa do PDAC.Assegurar que a implementação de canais de registo de reclamações acessíveis à população identificada/usuários de parcelas de terreno nas fazendas do proponente.Definir e implementar um plano de envolvimento da população/usuários identificados no perímetro, para assegurar o diálogo contínuo e informativo entre o proponente e os usuários identificados (esclarecimentos sobre o subprojecto, | Proponente com o apoio técnico do TSP e equipa PDAC |

² A estimativa de 7m considera os 3,5m largura mínima prevista para um arruamento rural e aproximadamente 1,5m de berma de segurança em cada lado.



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Medidas de Mitigação | Responsabilidade |
|--------------------------|--------------------|---------|---|------------------|
| | | | medidas ambientais e sociais aplicáveis, entre outros temas relevantes para evitar efeitos negativos para ambas as partes). | |



MINAGRIF/PDAC



5.2.1 Nota explicativa sobre riscos identificação e medidas de mitigação aplicável

No presente sub-ponto são fornecidas informações adicionais sobre os riscos e impactos ambientais e sociais identificados nos Planos de Negócio em análise que requerem uma atenção particular sobre a forma como algumas medidas de mitigação deverão ser implementadas.

No contexto específico do Plano de Negócio da Fazenda Kapalanca, não foram identificados usuários informais de parcelas de terreno localizadas dentro dos limites da propriedade do proponente.

Durante a preparação do Plano de Negócio o proponente assinou o Termo de Compromisso onde assume que nenhum usuário e/ou residente que se encontra estabelecido (não foram identificados usuários informais de parcelas de terreno) em áreas específicas (e pré-identificadas) no seu terreno será afectado/condicionado pela área de exploração que será produzida no âmbito do seu Plano de Negócio.

Assim sendo, o proponente compromete-se a adoptar soluções adequadas com ajuda da Administração local para evitar qualquer deslocamento físico e/ou económico se forem identificados utilizadores em áreas localizadas no perímetro da fazenda, e permitir a continuidade das suas actividades económicas e/ou de subsistência durante o período de financiamento do projecto.



6 PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Esta secção inclui os programas de gestão definidos para o presente subprojecto, nomeadamente:

- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional;
- Plano de Atendimento às emergências
- Plano de fertilização e gestão de pragas e doenças
- Plano de prevenção da COVID-19;
- Plano de Prevenção de EAS/AS;
- Plano de implementação do MSGR previsto pelo PDAC;
- Plano de envolvimento das partes interessadas;
- Plano de Formação Ambiental e Social.

6.1 Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes

O âmbito do presente Plano de Gestão de Resíduos (PGR) restringe-se exclusivamente às actividades do subprojecto “**Lucinda Mário De Castro Cunha**” Entende-se por gestão de resíduos todos os procedimentos a serem implementados de forma sistemática com vista a assegurar uma gestão ambientalmente segura, sustentável e racional dos resíduos. A gestão abrange a recolha, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte interno e externo e destino final. O presente PGR engloba a gestão de resíduos não perigosos e resíduos perigosos. O proponente deve separar os resíduos perigosos dos não perigosos, acondicionando-os e armazenando-os em função da sua natureza.

Tabela 13: Procedimentos de gestão dos resíduos

| | |
|--|---|
| <p>Procedimentos operacionais para a gestão de resíduos</p> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os resíduos não perigosos, inertes como os resíduos de construção e/ou demolição não poderão ser descartados no reservatório de resíduos urbanos, devem ser dispostos em aterros de inertes; caso não seja possível, devem ser reaproveitados na construção; ✓ Os resíduos da actividade agrícola devem ser armazenados em recipientes adequados (reservatórios de resíduos) em local seguro e sinalizado e encaminhados ao aterro sanitário. Em caso de inexistência de aterros, estes resíduos não poderão ser reutilizados e/ou armazenados com os resíduos urbanos domésticos, por conterem substâncias perigosas, deste modo, devem-se criar medidas para o tratamento e destino final destes; ✓ Garantir a identificação dos recipientes/locais de armazenagem de resíduos; ✓ Assegurar e elaborar o registo das quantidades e local de disposição final dos resíduos. |
| <p>Procedimentos operacionais para a gestão de efluentes:</p> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ As águas residuais da construção e das instalações sanitárias não poderão ser escoadas para os cursos de água locais; ✓ Em caso de água contaminada com óleos e/ou combustíveis ou outros poluentes não poderão ser descarregadas para o sistema de drenagem local (caso exista), ou no meio hídrico próximo, e muito menos derramado no solo; ✓ Durante a fase de construção de infraestruturas, deve-se criar sistemas de escoamento de águas residuais com tratamento adequado. |

Os resíduos sólidos poderão ser gerados em todas etapas do subprojecto, pré-construção, construção e implementação das actividades, os mais frequentes são apresentados na tabela a seguir: neste âmbito, são apresentadas medidas específicas de gestão que garantem que os resíduos gerados não produzam efeitos ambientais negativos sobre os solos, a água ou a atmosfera. A gestão de resíduos é também importante para não comprometer a saúde pública das comunidades locais e dos trabalhadores, e para evitar a proliferação de pragas.

Tabela 14: Tipos de resíduos, locais de produção, danos e acções

| Resíduos | Código LAR | Classificação | Local de produção | Tipo de acondicionamento proposto | Acções | Responsabilidade |
|-----------|------------|---------------|----------------------|-----------------------------------|---|------------------|
| Vidro | 20 01 21 | Não Perigosos | Armazém e alojamento | Coletor de plástico | Reciclar os resíduos e outros materiais | Proponente |
| Plásticos | 20 01 39 | | | | | |



MINAGRIF/PDAC



| | | | | | | | |
|---|--|--|---|---|--|--|------------|
| Papel | 20 01 01 | | | | orgânicos deixando os materiais no local | | |
| Cartão | 20 01 39 | | | | | | |
| Madeiras | 20 01 38 | | Obra e resto de cerca | Coletor de madeira | | | |
| Resíduos de culturas (palhas, sabugos) | 20 01 08 | | Área de produção agrícola | Coletor de plástico | Compostagem (e espalhamento). | | |
| Matéria orgânica | 20 01 08 | | Cozinha | | | | |
| Resíduos de construção de infraestruturas (materiais de construção, pedras, madeira, betão, mistura de metais, etc) | 17 01 01 17 01 02 17 02 01 17 04 07 | | Construção de viveiro para produção de 60.000 mudas/ano, e WC's por Género 6 m ² , Fossa Séptica de 6m ³ , e de Ecopontos; Reabilitação de armazém 25m*25m e de escritório - loja; | Coletores de metal ou por cima de uma Lona de forma a proteger o solo | Os Resíduos de construção e demolição devem ser armazenados em local apropriado e separados de outros resíduos. Devem ser reciclados para a cobertura de estradas e caminhos dentro da fazenda | Proponente | |
| Óleos de cozinha usados | 20 01 25 | | Actividades domésticas | Coletor de plástico | Obtenção do sabão (para lavagem de roupa) | Proponente | |
| filtros de óleo, óleo lubrificante usado ou contaminado/ Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação. | 16 01 07/ 13 02 08 | | Perigoso | Área de manutenção dos equipamentos | Tambores metálicos | Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos no Cuanza Sul, deste modo, recomenda-se que o proponente entre em contacto com oficinas de reparação e manutenção de veículos próximas para a recolha destes materiais. | Proponente |
| Combustíveis | 13 07 03 | | Perigoso | Manutenção e abastecimento dos geradores | Tambores metálicos | Realizar a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. Os resíduos resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para local apropriado de deposição final para a protecção do solo. | Proponente |
| Pilhas alcalinas | 20 01 33 | | Perigoso | Área administrativa, loja e Armazém | Caixas (plástico) de armazenamento de pilhas usadas | Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos em Cuanza | Proponente |



MINAGRIF/PDAC



| | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | Sul, deste modo, recomenda-se que o proponente entre em contacto com empresa de recolha de pilhas. | |
| Acções de Acompanhamento e Verificação | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fiscalizar a recolha e o armazenamento temporário dos resíduos de forma a prevenir ou minimizar os aspectos ambientais que poderão causar impactos ambientais negativos; ✓ Inspeccionar visual e periodicamente os pontos de disposição de resíduos perigosos e não perigosos para a verificação da manutenção da qualidade do solo e das águas, anterior a estas actividades; ✓ Registo do volume de resíduos e das suas condições de transporte e deposição. | | | | | | |
| Acções de Minimização | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar e implementar continuamente alternativas de minimização de geração de resíduos. Sempre que uma acção de minimização for implementada, o inventário e o banco de dados deverão ser actualizados por meio de relatório anual específico; ✓ Após a minimização, proceder à identificação de alternativas de reutilização interna dos resíduos, considerando-se o transporte e a viabilidade técnica e económica desse resíduo; ✓ Garantir que as áreas de armazenamento e manuseamento de resíduos, após a sua separação, principalmente dos resíduos perigosos, estarão protegidas e devidamente sinalizadas, para evitar acidentes | | | | | | |
| Acções de Controlo | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar um inventário de resíduos e produtos perigosos a serem gerados nas diversas fases do subprojecto. O inventário deverá apontar os tipos de resíduos, as quantidades, a sua classificação e a forma de tratamento a ser adoptada para evitar danos no meio ambiente; ✓ Capacitar uma equipa de funcionários ou terceiros para realizar a classificação, separação, manuseamento e transporte dos resíduos; | | | | | | |
| Responsabilidades | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ O plano de Gestão de Resíduos e efluentes deverá ser implementado pela equipa técnica ambiental de responsabilidade da BRLi-Sirius, com papel de implementar as medidas de mitigação dos impactos, monitoria e verificação da eficácia das medidas, apresentar relatórios periódicos a equipa de salvaguardas ambientais do PDAC e capacitar os trabalhadores para a separação e tratamento dos resíduos. ✓ A equipa de salvaguardas ambientais do PDAC, tem a responsabilidade de monitorar e avaliar a eficácia do referido Plano de Gestão de resíduos. | | | | | | |

6.1.1 Cronograma de Implementação do PGR

Tabela 15: Cronograma de implementação do PGR

| Acções | Descrição das acções | Responsabilidades | Cronograma |
|--|---|---|------------------------------------|
| Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local | Compostagem (e espalhamento). | Proponente | Fim do ciclo de cada cultura |
| Capacitação/treinamento do pessoal | Realizar capacitação e treinamentos para os trabalhadores de modo a dar resposta ao uso correcto dos resíduos gerados dentro da fazenda | Proponente com o apoio do TSP BRLi/Sirius | Final das instalações das culturas |

6.2 Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional

O plano de Higiene, saúde e segurança ocupacional (PHSSO), fornece directrizes para a protecção dos trabalhadores e da comunidade em geral. Serve para dotar os proponentes e os trabalhadores do subprojecto das medidas adequadas de segurança pessoal, dos riscos e danos que possam ocorrer durante as actividades da fazenda.

Tabela 16: Análise de risco

| Actividade | Perigos/Riscos | Causas | Potenciais Consequências | Prevenção | Responsável |
|---|-------------------------------|--|--------------------------|---|-------------|
| Produção Agrícola Armazenamento e manutenção de equipamentos | Levantamento de carga pesada, | A falta do uso /inexistência de EPIs, A falta do uso de máscaras, | Doenças respiratórias, | O uso de EPI's apropriados as operações; Capacitação dos técnicos agrícolas para o uso | Proponente |



MINAGRIF/PDAC



| | | | | | |
|---|---|--|--|--|-------------------|
| <p>Movimentação manual de cargas, Máquinas e veículos agrícolas, Manuseamento de substâncias perigosas.</p> | <p>Exposição químicos Exposição a ruído Riscos de acidentes Inalação de substâncias químicas, poeiras, Exposição Chuva Exposição ao sol Ferramentas manuais Pavimento escorregadio Riscos de atropelamento, de esmagamento, de quedas, de lesões dorso-lombares, de intoxicações, ferimentos e outros</p> | <p>A falta de experiência para movimentação de máquinas e veículos agrícolas e agrotóxicos Quedas</p> | <p>Lesões corporais, Problemas respiratórios Lesões Pneumonia Malária Gripes Doenças dermatológicas (câncer de pele)</p> | <p>máquinas e veículos agrícolas Criar um sistema de registo e documentação dos acidentes ocorridos na fazenda correctivas (anexo VI. Ficha de registo de acidentes e não conformidades); Identificação/mapeamento dos riscos; Fornecimento de abrigos temporários para protecção contra os elementos meteorológicos e durante as actividades de trabalho ou para uso como áreas de descanso; Monitorar as previsões do tempo para trabalho ao ar livre para fornecer um aviso prévio de condições meteorológicas extremas e agendar o trabalho em conformidade;</p> | |
| <p>Retirada do material em Stock no armazém (armazém de insumo e produção)</p> | <p>Contacto com químicos, Falta de Arejamento, Inalação de substâncias químicas, outros riscos químicos, Problemas de visão, Abafamento</p> | <p>A falta do uso de EPIs, A falta do uso de máscaras, Maus posicionamentos, esforço excessivo, A falta de aberturas, janelas ou exaustores.</p> | <p>Doenças respiratórias Lesões corporais, Doenças articulares, Perda da visão, Problemas respiratórios Excesso de calor, asfixiamento</p> | <p>O uso de EPI's apropriados as operações, Iluminação devida da área de trabalho. Implementação de exaustores, Limpeza constante e organização da área.</p> | <p>Proponente</p> |
| <p>Circulação na fazenda</p> | <p>Picadas de mosquitos</p> | <p>Local com acúmulo de água, resíduos orgânicos e/ou sólidos</p> | <p>Malária</p> | <p>Limpeza e arrumação da zona, uso de repelente, calças e camisetas com mangas longas.</p> | <p>Proponente</p> |

Tabela 17: Cronograma de acções e responsabilidades de PHSSO

| Acções | Responsabilidades | Período de execução |
|--|--|---|
| <p>Capacitar, instruir educar e sensibilizar os trabalhadores para o uso correcto do EPI no manuseio de substâncias perigosas;</p> | <p>Proponente com apoio do TSP BRLi/Sirius</p> | <p>No início do ciclo cultural e sempre que a situação o exigir</p> |
| <p>Garantir que as condições de trabalho e habitabilidade dos trabalhadores são salvaguardadas;</p> | <p>Proponente</p> | <p>No início de cada campanha agrícola</p> |
| <p>Colaborar na implementação do Plano de EAS/AS e o Plano de Acção para a implementação do MSGR e implementar o Plano de CP.</p> | <p>Proponente</p> | <p>Sempre que estes ocorrerem</p> |



| | | |
|--|--|----------------------------|
| Registrar periodicamente do nº de acidentes e outras situações de perigo da vida humana | Proponente | Sempre que estes ocorrerem |
| Capacitação dos trabalhadores para identificação dos perigos e pronto atendimento a emergências; | Proponente e entidades locais da saúde | Semestralmente |

6.3 Plano de atendimento às emergências da fazenda

O Plano de atendimento a emergências (PAE), estabelece as estratégias e os procedimentos que devem ser adoptados para o controle de situações emergenciais susceptíveis de ocorrer durante as actividades na Fazenda, com intuito de garantir a preservação da vida, redução dos danos, protecção das pessoas envolvidas no subprojecto e minimizar os impactos adversos.

Tem como principais objectivos:

- Preparação e organização dos meios e equipamentos adequados que garantam a protecção da vida em caso de acidentes e/ou outros perigos;
- Orientar e dirigir o atendimento a reais e eventuais emergências que possam ocorrer na Fazenda.

Tabela 18: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do PAE

| Acções de Acompanhamento e Verificação | Responsabilidades | Emissão de relatórios e Avaliação de resultados | Cronograma de implementação |
|--|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Identificação das principais actividades que possam provocar acidentes - Aquisição de equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos (kits de primeiros socorros, EPI, kit de contenção de produtos químicos, rede de hidrantes e extintores); - Organização de uma equipa de emergência; - Colocação de sinalização de emergência em locais críticos e alarmes - Comunicação e registo de emergência; - Treinamento de pessoal | <ul style="list-style-type: none"> - Proponente com apoio das autoridades locais de saúde, serviços de protecção civil e bombeiros - Proponente com apoio do TSP e serviço de protecção civil e bombeiros | <ul style="list-style-type: none"> - Como instrumentos de acompanhamento e avaliação serão elaborados registos trimestrais de acidentes e emergências, um relatório de implementação e avaliação das directrizes estabelecidas. Este relatório será submetido ao PDAC no âmbito de acompanhamento do PGAS. | <ul style="list-style-type: none"> - As acções de atendimento a emergências devem ser realizadas semanalmente. - Registo diário de emergências - Registo mensal de acções de simulação de emergência. - Os Treinamentos de emergência devem ser semestralmente e registados. |

6.3.1 Equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos

A Fazenda deverá adquirir equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químicos. Estes são descritos na tabela a seguir:

Tabela 19: Equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químico

| Equipamentos | Descrição |
|---------------------------------------|--|
| Kit de contenção de produtos químicos | Tambores para armazenamento Toalhas, barreiras de contenção, esponjas, luvas de vaqueta, luvas de látex e óculos de segurança |
| Rede de hidrantes | Bomba de Incêndio |
| Extintores | Tipo CO ₂ , Pó, Água |
| Kit de primeiros socorros | Caixa de primeiros socorros |

6.3.2 Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais



São identificados como potenciais cenários e hipóteses acidentais os itens constantes na tabela abaixo:

Tabela 20: Potenciais cenários de emergência

| Cenários de Emergência | Produto | Local |
|------------------------|--|-------------------------------------|
| Incêndio | Óleo lubrificante | Área de manutenção dos equipamentos |
| | Combustível gasolina | |
| | Combustível gasóleo | |
| | Queima de resíduos | Área de produção agrícola |
| | Queima de vegetação nativa | |
| Derrames | Combustível gasóleo | Área de manutenção dos equipamentos |
| | Combustível gasolina | |
| | Óleo lubrificante | |
| Explosão | Reservatórios de gasóleo, gasolina, álcool e óleo lubrificante | Área de armazenamento de produtos |
| | Latas de tintas, vernizes e solventes. | |

6.3.3 Procedimento de emergências

Os Primeiros socorros são intervenções que devem ser feitas de maneira rápida, logo após o acidente ou mal súbito, que visam a evitar o agravamento do problema até que um serviço especializado de atendimento chegue até o local.

Tabela 21: Procedimentos de emergências

| | |
|--|---|
| Procedimento de primeiros socorros em caso de picada de serpente: | Lavar a área da picada com água e sabão, colocar o acidentado em posição confortável, de preferência deixando a vítima deitada com a área afectada em um nível abaixo do coração e levar a vítima ao atendimento médico mais rápido; |
| Procedimento de primeiros socorros em caso de fraturas | O socorrista deve imobilizar a região acometida para evitar a movimentação dos fragmentos dos ossos lesionados; |
| Procedimento de primeiros socorros em caso de desmaio: | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ao presenciar um desmaio, algumas medidas podem ser tomadas, como deitar a vítima, afrouxar suas roupas, garantir que o ambiente fique arejado e elevar os membros inferiores. Caso a pessoa sinta a sensação de que irá desmaiar, essa pode ser orientada a se sentar e colocar a cabeça entre os joelhos ou então se deitar; ✓ Antes de qualquer procedimento de primeiro socorro, é importante que o socorrista tenha em mente a necessidade de: manter a calma; garantir que serviço de emergência seja chamado; ✓ Quando se dirigir ao local da ocorrência, os trabalhadores deverão levar: kit de materiais de emergência, EPI's e outros equipamentos caso necessário; ✓ Ao receber a comunicação de ocorrência, será necessário obter informações: horário e local da ocorrência, tipo de ocorrência (colisão) e dimensão da ocorrência (vazamento, vítimas, etc). |
| Procedimento com comunidade circunvizinha a fazenda | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Em caso de acidente se necessário, solicitar que os moradores evacuem das suas casas, para um local mais seguro (área externa), até normalizar a situação; ✓ Prestar as vítimas (intoxicação, queimadura, etc) ações de primeiro socorro; ✓ Se necessário, encaminhar as vítimas ao pronto-socorro, hospital, através da ambulância ou outro meio de transporte disponível; |
| Procedimento em caso de vazamento no refeitório (explosão e incêndio) | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Accionar o Alarme de emergência ou despertar os trabalhadores com um equipamento (apito); ✓ Após accionar a emergência, todos os trabalhadores deverão dirigir-se o mais rápido possível para o ponto de encontro para receber as orientações do chefe da equipe; ✓ Fechar o registo de gás, caso necessário retirá-los para um local seguro; ✓ As vítimas retiradas do local da ocorrência, deverão ser assistidas pela equipe de apoio, providenciando os primeiros socorros e, se necessário, encaminhá-las ao hospital. |

6.4 Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

O plano de fertilização, gestão de pragas e doenças deverá ser realizado obedecendo os procedimentos de gestão apresentados no registo de implementação do PGAS.



MINAGRIF/PDAC



Este plano serve de guia para as actividades agronómicas realizadas, que reflecte o nível de intensidade da tecnologia aplicada pelo produtor e que lhe permite melhorar o processo de tomada de decisão para controlo de pragas e doenças e acompanhamento do uso de fertilizantes no solo.

Tabela 22: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

| Acção de controlo | Acção de acompanhamento e verificação | Responsável | Cronograma de implementação |
|--|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Identificar as pragas e doenças e nível de fertilização que afectam a cultura e orientar como identificá-los, quando agir e como intervir Manter um registo com informações sobre todos os tratamentos realizados com produtos naturais e operações agronómicas que permitem o controlo de pragas, doenças e a fertilização de uma cultura para efeito de resultados. | Registo periódico do uso de fertilizantes naturais e gestão de pragas e doenças. | <ul style="list-style-type: none"> A responsabilidade de implementação do plano de fertilização, gestão de pragas e doenças é do técnico Engenheiro Agrónomo. A equipa técnica da BRLi - Sirius, tem a responsabilidade de orientar o uso do Registo de implementação do PGAS com acções de acompanhamento e verificação da eficácia do mesmo | O registo de fertilização, pragas e doenças deve ser actualizado semanalmente. |

Tabela 23: Procedimento para armazenamento

| | |
|--|---|
| Procedimentos para o armazenamento | <ul style="list-style-type: none"> ✓ O local de armazenamento deve ser limpo, abrigado do sol, da chuva e bem ventilado. Devido ao grande volume a ser armazenado e ao elevado custo da operação de armazenamento, o café em coco pode ser armazenado a granel, em silos ou tulhas ✓ Kits de emergência para o controlo de derrames |
| Procedimentos para o manuseio do café | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Uso obrigatório de EPI durante o manuseio do cafezal. |

6.4.1 Uso e manuseio de pesticidas

O café por ser biológico não irá se utilizar nenhum tipo de pesticidas, mas irá usar nas culturas anuais.

Um plano de manuseio de pesticidas (PMP) que inclui procedimentos para a selecção, aquisição, armazenamento, manuseio e destruição final de todos os estoques desactualizados devem ser preparados de acordo com as directrizes FAO.

O PMP prescreve o tipo de agrotóxico a ser utilizado, bem como a finalidade de seu uso e descreve as melhores práticas para a aquisição e armazenamento de todos os pesticidas. O pessoal deve ter treinamento apropriado, incluindo certificação, quando relevante para manusear e aplicar pesticidas com segurança. Em especial:

- Garantir que quaisquer pesticidas usados sejam fabricados, formulados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, descartados e aplicados de acordo com o Código Internacional de Conduta da FAO sobre Manuseio de Pesticidas;
- Não comprar, armazenar, usar ou negociar pesticidas que se enquadrem nas normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) Classificação Recomendada de Pesticidas por Classes de Perigo 1a (extremamente perigoso) e 1b (altamente perigoso);
- Não usar pesticidas listados na Classe de Perigo II da OMS (moderadamente perigoso).

6.4.2 Fertilização



MINAGRIF/PDAC



- Armazenar os fertilizantes em sua embalagem original e em um local dedicado que possa ser trancado e devidamente identificados com sinais, cujo acesso é limitado a pessoas autorizadas.
- Garantir que o SDS e os estoques estejam disponíveis nas instalações de armazenamento de fertilizantes e disponíveis para os primeiros respondedores quando necessário.
- Manter os estoques de fertilizantes separados de pesticidas e maquinário (por exemplo, combustíveis, ignição ou fontes).
- Conhecer e compreender as necessidades de fertilizantes de cada cultura e aplicar apenas o necessário, quando é necessária, para minimizar as perdas ao meio ambiente.
- Implementar um programa de treinamento adequado para o pessoal que está transportando, manuseando, carregando, armazenamento e aplicação de fertilizantes.

Passamos por alguns dos diferentes requisitos necessários para cultivar café. Antes de prosseguir para o estabelecimento de sua plantação, vamos revisar alguns detalhes importantes:

- Certifique-se de que as temperaturas de sua terra oscilam idealmente entre 17° e 26° C.
- Verifique a altitude do local; idealmente, deve estar entre 900 e 1600 MASL.
- A precipitação ideal deve estar entre 1.000 a 3.000 milímetros por ano.
- As faixas de umidade devem estar entre 65% e 85%.
- A velocidade do vento na área deve ser inferior a 30 km por hora (18,6 milhas por hora).

Fertilização de Cafeeiro

Uma vez transplantados, o cafeeiro a adubação pode ser feito com: esterco bovino, esterco (cama) de frango de corte, esterco de galinha, palha de café, farinha de ossos e mata nativa.

A fertilização deve ser feita no início do Verão e da estação seca. Isso também ajudará os pés de café a se recuperarem depois de serem puxados, dobrados e terem suas bagas removidas; a essa altura.

6.4.3 Riscos de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas

Os riscos de uso de pesticidas estão associados ao armazenamento, manuseio, transporte, aplicação descarte de embalagens vazias e pesticidas obsoletos. O uso de agroquímicos, especialmente os pesticidas, se não forem devidamente geridos, podem levar a sérias consequências para a Saúde Ambiental, Profissional e Pública. Os riscos ambientais e de saúde pública associados ao uso de agroquímicos são:

- Poluição de recursos hídricos e vida aquática.
- Acondicionamento impróprio e disposição de pesticidas por agricultores e auxiliares nos campos de produção nas lavras dos produtores.
- Impacto nas perdas pós-colheita devido a pragas
- Saúde e segurança geral dos agricultores (culturas e segurança pública)
- A modificação da flora microbiana do solo e do teor de resíduos de pesticidas no solo que podem causar poluição.
- Poluição do ar.
- Intoxicação e mortalidade da fauna, extinção ou proliferação de espécies ou grupos de espécies, quebra da cadeia alimentar e perda de biodiversidade.

Tabela 24: Causas e medidas de mitigação dos impactos negativos de pragas e uso de pesticidas, insecticidas

| Impactos negativos de pragas e usos de pesticidas ameaças e riscos | Causas | Medidas de mitigação | Ferramentas de implementação | Resultados esperados | Indicadores de monitoria |
|--|--------|----------------------|------------------------------|----------------------|--------------------------|
| | | | | | |



MINAGRIF/PDAC



| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Envenenamento da fauna, flora e humano | Eliminação inadequado de recipientes de pesticidas e dos pesticidas obsoletos após o uso, e a má disposição de venenos e insecticidas | Eliminar e destruir os recipientes de pesticidas após o uso Boa disposição de venenos e insecticidas Educação e treinamento Os agricultores adoptam Boas pratica agrícolas | Recipientes de pesticidas limpos, e plano de recolha disponível Adição de técnicas/ Abordagem PMP | Plano de limpeza e descarte de recipientes de pesticidas desenvolvido e implementados Agricultores treinados Em técnicas de PMP e boas praticas | Número de agricultores Treinados, registo de treinamento |
| Uso improprio de pesticidas pelos agricultores e seus auxiliares | Pessoal não treinado em técnicas de aplicação de pesticidas, uso de ETP inadequado | Controlo e supervisão Uso de pesticidas nas propriedades agrícolas | Adopção de abordagens técnicas MP Procedimentos de amostragem aleatória Para culturas e estabelecido limite de armazenamento de produtos químicos | Agricultores treinados em técnicas MP | Número de agricultores treinados, registos de treinamentos realizado |
| Saúde e segurança dos agricultores para culturas/danos ambientais | Necessidade de treinamento | Educar os agricultores para que adoptem BP as com base nas técnicas de MP, e não usem Pesticidas químicos a menos que seja recomendada o pelos técnicos autorizados | Técnicas de MP com enfase em controlo cultural e biológico no controlo de pragas | Conformidade com política nacional de MIP e política do BM sobre pragas/gestão de pesticidas | agricultores treinados, em técnicas de MP, número de agricultores que implementam MP em suas lavras |

6.4.3.1 Cronograma de supervisão

Tabela 25: Calendário de monitoria e supervisão

| Tipo de avaliação / Monitoria | Responsável | Frequência |
|---|--|-------------------------------------|
| Monitoria de conformidade /semelhante à inspecção in loco de acordo com as regras do PMP. | Proponente com auxílio do TSP da BRLi- Sirius. | Mensalmente ou conforme necessidade |
| Implementação das medidas de mitigação ambientais identificadas durante a aprovação do programa. | | Trimestral |
| Avaliação global do desempenho dos projectos, incluindo a implementação do PMP. Isso pode fazer parte do programa geral de monitoria do Programa. | | Anual |

6.4.3.2 Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

Tabela 26: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

| Acções | Responsabilidade | Cronograma |
|---|----------------------------------|--|
| Identificação e compreensão da espécie de pragas e tipos de doenças que ocorrem na região (Registo) | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Planeamento das acções de combate | | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Preparação do local e dos outros meios preventivos e biológicos | | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|---|--|--|
| Implementação e avaliação dos métodos de controle (priorizando os físicos e biológicos) | | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Avaliação e monitoramento do Manuseio Integrado de Pragas (Registro) | | Devem ser emitidos trimestralmente, reportando resultados obtidos |

6.5 Plano de prevenção da COVID-19

Tabela 27: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do plano de prevenção da COVID-19

| Acções | Responsabilidade | Cronograma de implementação |
|---|--|-----------------------------|
| Promover a lavagem regular e completa das mãos dos trabalhadores e visitantes durante 20 min, ou usar álcool em gel com frequência | Proponente | Diariamente |
| É facultativa a utilização de máscaras faciais | Responsável da fazenda | Sempre que necessário |
| É recomendada a utilização de máscaras em lugares fechados como escritórios e armazéns | Responsável da fazenda | Sempre que necessário |
| É recomendada a todos trabalhadores a imunização por via da vacina | Proponente | Bimensal |
| Se for confirmado algum caso de COVID-19 entre os trabalhadores no local, visitantes devem ser impedidos de entrar no local e os grupos de trabalhadores devem ser isolados uns dos outros o máximo possível. | Proponente | Sempre que necessário |
| Desenvolva um plano de contingência e continuidade das operações da fazenda | Proponente/Autoridades locais da saúde | Mensalmente |

As medidas para a prevenção da covid podem e serão actualizadas periodicamente. ou sempre tendo em conta a situação pandémica do país para garantir o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde locais e nacionais e agências de saúde internacionalmente reconhecidas (p.ex., OMS).

6.6 Plano de prevenção de EAS/AS

Neste plano está salvaguardado questões relacionadas com princípios da dignidade da pessoa humana, cidadania, igualdade, moralidade, valores sociais e de livre iniciativa.

O Plano de Acção para a mitigação e resposta aos riscos e EAS/AS no PDAC apresenta os seguintes objectivos: (i) capacitar e sensibilizar funcionários e comunidades sobre os conceitos, riscos, e serviços disponíveis para vítimas de EAS/AS; (ii) assegurar a implementação de códigos de conduta adequados, para todos os funcionários vinculados ao projecto; (iii) implementar o MSGR com canais apropriados de denúncia e protocolos de registo e encaminhamento de incidentes EAS/AS, de acordo com os princípios-chave inerentes à atenção centrada sobre a sobrevivente.

As vítimas/ sobreviventes poderão considerar útil que o principal ponto de contacto para assistência seja feito por profissionais qualificados com bons conhecimentos de assistência a vítimas de EAS e VBG, e terem acompanhamentos e contar com apoio moral.

O Plano também segue um conjunto de princípios que orientam o trabalho de todos - não importa sua função - em suas interacções directas ou indirectas com as(os) vítimas/sobreviventes de VBG/EAS/AS. Uma abordagem centrada na vítima visa criar um ambiente de apoio no qual os direitos de cada vítima sejam respeitados e no qual a pessoa seja tratada com dignidade e respeito. Estes princípios incluem:

Segurança: uma vítima/ sobrevivente que está relatando um incidente de violência geralmente corre um alto risco de sofrer mais violência. A segurança da vítima e de outras pessoas, como seus filhos, a sua família e as pessoas que a ajudaram, deve ser a prioridade número um para todos os actores. Revelar e partilhar informações relativas a incidentes de VBG/EAS/AS a pessoas que não estão envolvidas na resolução e na gestão do incidente expõe a vítima a uma violência adicional por parte do(s) perpetrador(es) ou de outras pessoas ao seu redor.



MINAGRIF/PDAC



Confidencialidade e consentimento informado: A confidencialidade reflecte a crença de que as pessoas têm o direito de escolher a quem contarão ou não sua história. Manter a confidencialidade significa não divulgar nenhuma informação a qualquer momento a nenhuma parte sem o consentimento informado da pessoa envolvida. Qualquer informação, incluindo informação anónima, sobre a história de uma vítima, só deve ser partilhada com seu consentimento informado. O consentimento informado implica que, para ser capaz de consentir com as acções a serem tomadas a partir de sua denúncia, a vítima precisa compreender as opções e o que elas implicam. A vítima/ sobrevivente também pode mudar de opinião ao longo do processo, e seu desejo deve ser respeitado em todos os momentos. Portanto, o primeiro passo quando interagindo directamente com uma vítima/ sobrevivente é explicar as opções de encaminhamento de seu caso e em seguida conseguir seu consentimento escrito para dar seguimento ao caso.

Autodeterminação e respeito: Autodeterminação significa respeitar a dignidade, os desejos e as escolhas das vítimas/ sobreviventes e permitir que estejam no controle do processo ao decidir a quem contar e que acção tomar.

Não discriminação: as vítimas/ sobreviventes devem receber tratamento igual e justo, independentemente de sua idade, sexo, raça, religião, nacionalidade, etnia, orientação sexual ou qualquer outra característica.

Acesso a serviços multisectoriais de qualidade: Toda(o)s os denunciante(s) devem ser encaminhados a serviços de referência de saúde e legais de qualidade para imediatos cuidados físicos, psicossociais e jurídicos.

Dos objectivos previstos no Plano de prevenção e resposta EAS/AS, o subprojecto irá focar-se em duas áreas estratégicas de intervenção, a partir das quais são organizados objectivos, acções a implementar, bem como os resultados esperados:

Área Estratégica I: Consciencialização e Educação

Tabela 28: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção

| Objectivos | Acções | Resultados |
|---|--|--|
| Reduzir os riscos de ocorrência de EAS/AS | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Treinamentos periódicos (pelo menos semestralmente) dos proponentes e trabalhadores sobre a temática e o conteúdo dos CdC e MSGR (palestras de sensibilização e encontros com as comunidades vizinhas); ✓ Consultas com mulheres das comunidades afectadas e interessadas, facilitadas em espaços seguros e confidenciais ✓ Disponibilização e divulgação do MSGR, sensibilização das comunidades e trabalhadores ✓ Assinatura do Termo de Compromisso pelo proponente durante o desenvolvimento do PN. ✓ Assinatura do Código de Conduta pela empresa e trabalhadores do projecto, e apresentação clara dos seus princípios norteadores sobre as questões relacionadas com as medidas de mitigação de EAS/AS logo após a aprovação e desembolso do PGAS | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Trabalhadores e população das comunidades vizinhas informadas sobre a intolerância do subprojecto a práticas de EAS/AS. ✓ Aumento no nível de consciencialização e conhecimentos sobre VBG e especificamente sobre exploração, abuso e assédio sexual nos espaços públicos e privados como uma violação dos direitos humanos; ✓ Aumento do envolvimento de líderes comunitários e fazedores de opinião na educação pública para a redução dos riscos da EAS/AS nos espaços privados e públicos; ✓ Medidas disciplinares claras para situações de EAS/AS ✓ Assinatura do Código de Conduta e apresentação clara dos seus princípios norteadores sobre as questões relacionadas com as medidas de mitigação dos riscos da EAS/AS após a aprovação e desembolso do PGAS |

Área Estratégica II: Resposta à EAS

O objectivo é expandir e melhorar a resposta a incidentes à EAS/AS e garantir que deverá ser executado a implementação das acções previstas semestralmente ou quando necessário



MINAGRIF/PDAC



Tabela 29: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção

| Objectivos | Acções | Resultados |
|---|---|--|
| Expandir e melhorar a resposta à EAS/AS | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Palestras e sensibilização e reuniões informativas junto aos trabalhadores e comunidade envolvente sobre intolerância a práticas EAS/AS e meios de denúncia disponíveis; ✓ Aplicação das sanções previstas no CdC assinando pelos trabalhadores; ✓ Disponibilização do MSGR aos trabalhadores e comunidades envolventes perante um caso EAS/AS e informar imediatamente o PDAC/BM (em menos de 24h) ✓ Assinar o termo de confidencialidade e o sigilo sobre casos/incidentes EAS/AS que venham a registar-se ✓ Encaminhamento e acompanhamento das denúncias feitas pelos trabalhadores com a presença de um Assistente Social e outra pessoa fidedigna (PF e/ou especialista de VBG do PDAC) a serviços holísticos (saúde, psicossocial, legal), | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reclamações e denúncias registadas pelo MSGR, categorizadas e priorizadas; ✓ Casos/incidentes EAS/AS reportados em menos de 24h para o PDAC e BM; ✓ Termo assinado pelo representante da empresa/fazenda; ✓ Casos EAS/AS encaminhados a serviços holísticos (saúde, psicossocial, legal), por especialistas/entidades competentes; ✓ Abordagem centrada sobre a sobrevivente seguida e princípios inerentes implementados, incluindo o princípio de confidencialidade e sigilo assumido pela empresa/ fazenda. |

Como parte da estratégia de resposta a EAS/AS é fundamental assegurar a disponibilidade e o acesso a este mecanismo (MSGR) pelos trabalhadores e pelas comunidades vizinhas. O MSGR dá prevê um tratamento especial às questões relacionadas com a Exploração e Abuso Sexual (AEAS) e/ou Assédio Sexual (AS), que precisam ser tratadas de forma diferente de outros tipos de queixas, garantindo assim:

- Registo, categorização e priorização das reclamações;
- Resolver as reclamações através da consulta a todas as partes interessadas;
- Informar aos interessados sobre as soluções encontradas;
- Encaminhar os casos não resolvidos as entidades competentes.

Em outros casos, deverá garantir também:

- Segurança,
- Cuidados médicos,
- Apoio psicossocial,
- Serviços jurídicos,
- Assistência material básica (para garantir meio de subsistência)
- Encaminhamento e acompanhamento com a presença de um Assistente Social ou outra pessoa fidedigna.
- Baseado sempre nos princípios estabelecidos no Código de Conduta como medida resposta a incidentes EAS/AS. após a aprovação do PGAS e seu desembolso.

O Proponente compromete-se a não tolerar a prática de EAS/AS pelos seus trabalhadores desde que assina o termo de compromisso para se candidatar ao financiamento do PDAC.

6.7 Plano de implementação do MSGR previsto pelo PDAC

O mecanismo de sugestão e gestão de reclamações já se encontra disponível e a funcionar.

Estão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações nomeadamente:



MINAGRIF/PDAC



- Caixas de reclamações e formulários correspondentes que se encontram disponibilizadas nas administrações municipais e comunais onde os subprojectos do PDAC estão a ser implementados,
- Linhas telefónicas (935 834 494), endereços de email e endereços postais;
- Pontos focais para o MSGR do PDAC nas províncias de actuação, devidamente formados para o registo e encaminhamento das reclamações;
- O PDAC fornece os emails do projecto, dos Representantes Provinciais, representação provincial do Cuanza Sul (Gabinete Provincial do Cuanza Sul, [email: cuanzasul@pdac.ao](mailto:cuanzasul@pdac.ao)), [representação](#) provincial do Huambo (Gabinete do [Huambo](#), [email: huambo@pdac.ao](mailto:huambo@pdac.ao), [representação](#) Provincial da Huíla (Gabinete Provincial da Agricultura), [email: huila@pdac.ao](mailto:huila@pdac.ao) e dos especialistas ambientais e de riscos sociais e de género, bem como o endereço postal da UIP em Luanda.
- Website do PDAC (www.pdac.ao). Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões. As reclamações feitas através da janela do MSGR existente no website, são reencaminhadas para os emails dos especialistas de comunicação, ambiente e riscos sociais e género. Para aceder ao formulário de reclamações, o utilizador deverá usar o seguinte link: <https://pdac.ao/sugestoes-e-reclamacoes/>

O MSGR do PDAC considera acções, ajustes e canais específicos para lidar com reclamações relacionadas com Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS) que estão estruturados em 6 etapas, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1 – Identificação de canais de entrada confiáveis
- Etapa 2 – Avaliação dos recursos disponíveis
- Etapa 3 - Desenvolver procedimentos operacionais padronizados
- Etapa 4 – Demonstrar o compromisso da UIP
- Etapa 5 – Designar claramente tarefas relacionadas a reclamações e formar a equipe
- Etapa 6 – Comunicação sobre o MSGR

Nesta etapa se desenvolve canais de comunicação que facilitem a participação pública, tendo em conta aspectos culturais e limitações de acesso às tecnologias de informação. Estes canais deverão incluir, uma linha verde telefónica, caixas de recepção de reclamações (físicas), trabalhar nas comunidades para criar formas de manifestações culturais.

O MSGR está disponível para os trabalhadores do subprojecto, proprietários e todas partes que possam ser afectadas pelo mesmo. com procedimentos específicos para atender os casos de EAS/AS. Considerar a realização e formação de pontos focais para o registo e gestão de reclamações na fazenda com auxílio e orientação da UIP do PDAC e a colocação de uma caixa de reclamação na fazenda.

6.8 Plano de envolvimento das partes interessadas

O envolvimento das partes interessadas deve ser feito antes da elaboração do PGAS e ao longo da implementação do subprojecto para informar a comunidade sobre o projecto PDAC, o plano de negócio da fazenda e os impactos ambientais e sociais que podem advir na implementação do subprojecto.

Os planos de envolvimento das partes interessadas têm como objectivo:

- Identificar as principais partes interessadas afectadas e / ou capazes de influenciar o subprojecto e suas actividades;
- Desenvolver um processo de envolvimento de partes interessadas que dê aos interessados uma oportunidade de influenciar o planeamento do subprojecto;
- Estabelecer mecanismos formais de reclamação / resolução;



- Definir relatórios e formas de monitorização para garantir a eficácia da consulta pública e revisões periódicas com base nos resultados.
- Criar reuniões adequadas ao perfil dos grupos mais vulneráveis de uma comunidade de forma a garantir a sua participação no subprojecto.
- Disponibilidade imediata do MSGR com protocolo específico para o encaminhamento de casos EAS/AS, bem como a intolerância a práticas EAS/AS pelos trabalhadores/colaborados do projecto e subprojecto desde o momento em que os proponentes se candidatam ao financiamento

Tabela 30: Cronograma de implementação

| Acções | Descrição | Responsabilidade | Cronograma |
|--|---|---|-----------------------|
| Palestras de sensibilização na fazenda sobre a violência laboral | A violência no local de trabalho definida como situações em que os trabalhadores sofrem insultos, ameaças, agressão ou quando são sujeitos a outros comportamentos ofensivos nas circunstâncias relativas ao seu trabalho, provocada por pessoas que pertencem e por pessoas que não pertencem à organização. | Proponente | Mensal |
| Palestra de sensibilização sobre o trabalho infantil | É todo o trabalho realizado por crianças com idade inferior a 15 anos de idade e que as impede de frequentar a escola e de ter um desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social pleno. | Proponente/Autoridades locais de protecção a criança | Semestral |
| Divulgação do MSGR; | Dar a conhecer a população do mecanismo as populações vulneráveis e toda a população | Proponente/TSP BRLi-Sirius | Semestral |
| Palestras de sensibilização e prevenção EAS/AS e VBG | Sensibilizar a população no geral a fazer denuncia as autoridades locais ou pelo mecanismo do PDAC como forma de prevenção e combate a este tipo de violência | TSP BRLi-Sirius/Autoridades locais no ramo da reinserção social | Semestral |
| Palestra de prevenção a Covid 19 e as DST's | Formas de prevenção e tratamentos já existentes | TSP BRLi-Sirius/profissional da área da saúde local | Trimestral |
| Prevenção das queimadas não autorizadas | A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas. | Proponente/ autoridades locais e TSP BRLi-Sirius | Início e fim de época |

6.9 Plano de formação ambiental e social

O objectivo deste plano é apresentar os principais temas e conteúdos programáticos, planeamento, para formação e sensibilização dos trabalhadores sobre os riscos Ambientais e Sociais, e a implementação de medidas de mitigação, de forma a assegurar a sustentabilidade das acções de construção e operação, bem como salvaguardar a saúde e integridade física dos trabalhadores e colaboradores do subprojecto.

A formação e sensibilização são ferramentas indispensáveis para mudança de atitude e consciência. Geralmente as pessoas praticam o que sabem ou já viram, seja por via de formação ou experiência prática do dia-a-dia. É neste contexto que um plano de formação se justifica para atender as necessidades específicas de cada actividade, de forma a assegurar a gestão ambiental, e adopção de medidas e cuidados específicos de segurança dentro dos processos normais da operação, com o fim maior de proteger os trabalhadores.

Os conteúdos principais são os seguintes:

- Regras gerais de segurança;
- Uso de equipamentos de protecção colectiva e individual;
- Primeiros socorros;
- Planos de emergência;
- Combate a incêndios;



MINAGRIF/PDAC



- Técnicas de investigação de incidentes;
- Legislação sobre Higiene e Segurança no Trabalho;
- Sinalização de Segurança;
- Segurança rodoviária;
- Plano de emergência;
- Prevenção de violência baseada no género;
- Mecanismo de sugestões e gestão de reclamações do PDAC (MSGR)

Tabela 31: Plano de formação Ambiental e Social

| Nº | Tópico de Formação | Conteúdo Programático | Beneficiários | Responsável | Cronograma |
|----------------------------------|---|---|--|---|---|
| Área temática de ambiente | | | | | |
| 1 | Acolhimento /sensibilização sobre as regras de preservação e conservação do ambiente. | ✓ Regras gerais básicas de preservação e conservação do ambiente (em obra e áreas circundantes); | Todos os trabalhadores | Especialista ambiental da BRLi/Sirius | Trimestralmente Repetir sempre que haver novos trabalhadores |
| 2 | Prevenção e controle da poluição. | ✓ Importância da limpeza do ambiente de trabalho; ✓ Prevenção e controle da erosão dos solos; ✓ Actividades/acções com risco de poluição da água e dos solos ✓ Gestão de resíduos sólidos: geração, acondicionamento, transporte e deposição final. | Todos os trabalhadores | Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLi/Sirius) | Trimestralmente |
| 3 | Prevenção e controlo do risco de substâncias perigosas, e acidentes ambientais. | ✓ Regras de manuseamento e armazenamento de combustíveis, óleos e outras substâncias perigosas; ✓ Procedimentos de prevenção e actuação em caso de derrame de substâncias perigosas; ✓ Procedimentos em caso de ocorrência de acidente ambiental. | Todos os trabalhadores. | Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLi/Sirius | Trimestralmente |
| Área temática social | | | | | |
| 1 | Redução dos riscos da VBG-EAS-AS | ✓ Conceito de violência baseada no género, exploração e abuso/assédio sexual; ✓ EAS/AS no trabalho e na interacção com as comunidades envolventes. ✓ Funções e responsabilidades das partes interessadas; ✓ Procedimentos de reclamações para membros da comunidade. | Pontos focais e população da área do projecto. Todos os trabalhadores da fazenda. | Especialista ambiental e social da BRLi/Sirius | Trimestralmente (refrescamento) |
| 2 | MSGR | ✓ Objectivos e benefícios dos mecanismos de reclamação; ✓ Tipo e fluxo de apresentação e resolução de reclamações; ✓ Principais responsabilidades do pessoal-chave; ✓ Requisitos para ser ponto focal de recebimento de reclamações. | Pontos focais e população da área do projecto. Trabalhadores. | Especialista ambiental e social da BRLi/Sirius | Trimestralmente (refrescamento) |
| 3 | Exploração e abuso sexual | Práticas não toleradas. | Todos os trabalhadores | Especialista Social/ PDAC | Trimestralmente |
| 4 | Código de Conduta | ✓ Princípios reguladores do código de conduta; ✓ Consequência de transgressão. | Todos os trabalhadores | Especialista Social/ PDAC | Trimestralmente |
| Área temática Segurança | | | | | |
| 1 | Acolhimento /sensibilização | ✓ Regras de segurança e | Todos os | Especialista da | Sempre que |



| Nº | Tópico de Formação | Conteúdo Programático | Beneficiários | Responsável | Cronograma |
|----|--|--|--|---|--|
| | sobre as regras de segurança e higiene. | potenciais riscos por actividade; ✓ Equipamentos de protecção colectiva (EPC) e individual (EPI); ✓ Procedimento em casos de emergência. | trabalhadores da fazenda. | BRLi/Sirius | necessário Trimestralmente |
| 2 | Álcool: efeitos e consequências. | ✓ Risco e consequências do uso de álcool durante o trabalho; ✓ Norma interna de despistagem do consumo de álcool e respectivas, sanções. | Todos os trabalhadores da fazenda. | Especialista da BRLi/Sirius | Sempre que necessário Trimestralmente |
| 3 | Prevenção e controlo de doenças. | ✓ Regras e meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (VIH/SIDA, sífilis, gonorreia); ✓ Regras de prevenção de doenças de veiculação hídrica (malária, diarreia, cólera); ✓ Medidas de prevenção e controlo da COVID-19. | Todos os trabalhadores | Especialista da BRLi/Sirius | Trimestralmente |
| 4 | Postura de trabalho e manipulação de cargas. | ✓ Factores de riscos associados à manipulação de cargas. ✓ Lesões associadas à movimentação manual/mecânica de cargas. ✓ Regras de segurança na condução de máquinas. ✓ Medidas preventivas para minimizar riscos associados à manipulação de cargas. | Todos os trabalhadores Sessões pacífica para motoristas e operadores de máquinas. | Especialista da BRLi/Sirius | Quando tiver novos trabalhadores. Trimestralmente (refrescamento) |
| 5 | Plano de emergência. | ✓ Procedimentos de evacuação; ✓ Simulacro; ✓ Prevenção e extinção de incêndio; ✓ Primeiros Socorro. | Todos os trabalhadores. | Especialista da BRLi/Sirius e Protecção civil e bombeiros | Quando tiver novos trabalhadores. Trimestralmente (refrescamento) |
| 6 | Envolvimento das Partes Interessadas | Informações sobre o Projecto e Subprojecto". | Todos os trabalhadores | Especialista da BRLi/Sirius | Quando tiver novos trabalhadores. Trimestralmente (refrescamento) |

6.10 Relatórios de Monitorização Ambiental e Social

Durante o processo de implementação do subprojecto, serão realizados relatórios de monitorização ambiental, que serão reportados de forma abrangente a todas partes envolvidas. Os principais relatórios serão os seguintes:

- Relatório de implementação do PGAS do plano de negócios (Semestrais).
- Relatório de monitorização anual das actividades do subprojecto e eficiência das medidas de mitigação implementadas.
- Relatório sobre reclamações e não conformidades recebidas, responsabilidades em caso de não conformidades incluindo acções correctivas e consequências (quando for necessário).
- Relatórios sobre reclamações recebidas, pendentes e reparações das reclamações acordadas e propostas sobre a implementação do subprojecto, actividades previstas, reclamações sobre assédio físico ou sexual, emprego infantil ou forçado, entre outras reclamações (Semestrais).
- Relatório de monitorização Semestral das condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores.



Com as recomendações e visitas que serão feitas pelos técnicos ambientais da BRL a fazenda de forma a ajudar a cumprir com as recomendações sugeridas (de forma a evitar não conformidades), o subprojecto prevê-se acções de formação e informações relevantes (como desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente e possam devem adoptar nas suas actividades diárias) para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do ambiente no local e na envolvente.

Tabela 32: Relatório de monitorização ambiental e social

| Acções de monitorização | Responsabilidades | Indicadores | Não conformidades | Acções correctivas | Frequência de verificação |
|--|--------------------------------|--|---|--|--|
| Preparação e implementação de um plano integrado de gestão de pragas e doenças | Proponente/Eng.º Agrónomo | Perdas não superiores a 10% por de incidência de pragas e doenças. Volume de produção/ha com perdas (inferiores ou iguais a 10%) | Volume de produção inferior a 4 toneladas/ha | Identificar estratégias de controlo preventivo e curativo e maneja de forma inadequada (química, mecânica e cultural) | 2x/campanha (a meio e ao final da campanha). No caso de controlo químico realiza-se sempre uma visita para monitorização dos resultados (entre 10 a 15 dias apos aplicação). |
| Preparação e implementação de um plano de Gestão de Resíduos | Proponente | Cumprimento das actividades programadas no Plano de gestão de Resíduos (pelo menos 70%) | Que sejam realizadas menos de 70% das acções programadas no Plano de gestão de Resíduos | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PGR. Implementar acções correctivas para a próxima campanha. | Por campanha |
| Preparação e implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional | Proponente | Cumprimento das actividades programadas no Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional (100%) | Que sejam realizadas 100% das acções programadas no Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PHSS | Bimensal |
| Preparação e Implementação de um Plano de Atendimento a emergência | Proponente | Incidentes de resposta de emergência; Cumprimento das actividades programadas no Plano de Atendimento a emergência (100%) | Incapacidade de atendimento a emergência. Que sejam realizadas 100% das acções programadas no Plano de Atendimento a emergência | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PAE | Bimensal |
| Monitoramento e avaliação do grau de funcionamento do MSGR | TSP | Nº de reclamações registadas vs. nº de reclamações resolvidas; | % de reclamações resolvidas em menos de 1 mês; % de reclamantes satisfeitos com a resolução | Identificar a causa do não cumprimento das directrizes do MSGR e melhorar a implementação de procedimentos, entre PDAC, TSP e fazenda/proponente | Mensalmente |
| Preparação de um plano de monitorização das condições habitacionais e | Proponente/Técnico Responsável | Cumprimentos a 90% das directrizes de acomodação para trabalhadores | Não cumprimento dos 90% das directrizes de acomodação para trabalhadores | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas do IFC/EBRD | Trimestral |



MINAGRIF/PDAC



| | | | | | |
|---|------------------------------------|--|--|---|---|
| acomodações dos trabalhadores. | | definidos pela IFC/EBRD | definidos pela IFC/EBRD | | |
| Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS (incluindo informação sobre as não conformidades, responsabilidades e acções correctivas) | Proponente/ Brli-Sirius | Cumprimento as Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS no Plano de Atendimento a emergência (100%) | Que sejam realizadas 100% as Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PAE | Trimestral |
| Monitorização das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo | Proponente/ Técnico Responsável | Cumprimentos a 100% das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo definidas pela IFC/EBRD | Não cumprimento dos 100% das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo definidas pela IFC/EBRD | Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas do IFC/EBRD | Realiza-se sempre uma visita para monitorização Semestral |



MINAGRIF/PDAC



7 CUSTOS ESTIMADOS

Tabela 33: Estimativa de custos

| Medidas de mitigação | Custos (AOA) | Responsabilidade |
|--|---------------------|------------------|
| 3 Contentores para resíduos de 120 L (vidro, plástico, metal) | 200.000,00 | Proponente |
| Mudas para reflorestamento | 400.000,00 | |
| Alpendre (ecopontos) | 300.000,00 | Proponente |
| Kit EPI's | 500.000,00 | Proponente |
| Material de bio - segurança (álcool em gel, máscaras, sabão...) | 100.000,00 | Proponente |
| Construção de WC's por Género, área de repouso para os trabalhadores, fossa séptica OBS: A área de repouso para os trabalhadores e instalação sanitária separada por género, serão construídas com material local (argila /adobe) | 700.000,00 | Proponente |
| Extintores (Tipo CO2, Pó, Água) | 150.000,00 | Proponente |
| Kit de primeiros socorros | 100.000,00 | Proponente |
| Kit de contenção de produtos químicos | 200.000,00 | Proponente |
| Material de sinalização | 100.000,00 | Proponente |
| Aquisição de impermeabilizadores | 150.000,00 | Proponente |
| Aquisição de material de formação | 100.000,00 | Proponente |
| Total | 3.000.000,00 | |



MINAGRIF/PDAC



8 ANEXOS

8.1 Anexo I: Relatório de Envolvimento das partes interessadas

Relatório do Envolvimento das Partes Interessadas do subprojecto Lucinda Mário De Castro Cunha

Nos dias 3 e 4 de Junho de 2021 tiveram lugar nas sedes dos municípios do Amboim (Gabela) e Quibala (Quibala) duas reuniões de Consultas Públicas sobre os Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) dos Planos de Negócios (PN) dos potenciais beneficiários do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PDAC).

As referidas reuniões tiveram os seguintes objectivos:

Objectivo Geral:

Consulta Pública sobre os Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) dos diferentes Planos de Negócios a serem implementados nos municípios de onde o PDAC está a ser implementado (Amboim, Cela, Libolo, Mussende e Quibala), na província do Kwanza Sul.

Objectivos específicos:

- Apresentação pública do PGAS tendo como referência o documento da Fazenda Mati;
- Permitir que as partes interessadas (promotores e público em geral) expressem as suas opiniões e preocupações relativamente às questões de salvaguardas ambientais e sociais e que estas sejam tidas em conta nos processos de tomada de decisão;
- Assegurar um tratamento especial aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres e meninas, que são potenciais vítimas de todo o tipo de discriminação e violência baseada no género.

Nas reuniões de Consulta Pública realizadas na Gabela e na Quibala foi adoptada como referência o PGAS do Plano de Negócio da Fazenda Mati do proponente António Emílio João Eduardo, cujo subprojecto será implementado no Município da Cela. Assim, os proponentes dos quatro municípios (Amboim, Cela, Quibala e Quilenda) tomaram conhecimento dos conteúdos do referido documento onde se destacam os principais impactos ambientais e sociais bem com as principais medidas para a sua mitigação.

A reunião da Gabela teve lugar no salão nobre da Administração Municipal do Amboim das 10H00 às 13H00 e contou com a presença de 44 participantes (10 da Quilenda e 34 do Amboim) entre os quais proponentes e seus trabalhadores e funcionários das Administrações Municipais (Ver lista de presenças em anexo). O acto de abertura foi orientado pelo Administrador Adjunto para a Área Política, Social e Económica o Senhor João Carlos Quintiliano, em representação do Administrador Municipal do Amboim. Representou o PDAC a nível central a Senhora Júlia Quitócuá (Especialista Social) a nível da província do Cuanza Sul, a Senhora Margarida João de Almeida. O TSP Brli-Sirius esteve representado por Marc Lacharme (antigo Team leader), Daniel Sassupe (Especialista Ambiental e Social) e José Bombe (Especialista em Cadeias de Valor).

Foram feitas duas apresentações antecedidas pela introdução feita pela representante do PDAC na província do Cuanza Sul que, de uma forma muito geral falou dos objectivos do encontro.

A segunda apresentação foi feita pela Senhora Júlia Quitócuá que se debruçou sobre os principais conceitos e definições; a legislação ambiental aplicável (Legislação ambiental e social angolana e as políticas ambientais do Banco Mundial, ver anexo); os impactos ambientais e sociais do cultivo do milho e as mitigações dos impactos.



MINAGRIF/PDAC



A terceira e última apresentação do dia foi feita pelo Senhor Marc Lacharme, antigo team leader do TSP Brli/Sirius que de forma profunda abordou os seguintes das medidas de mitigação para a agricultura:

- Preservação do meio ambiente e da biodiversidade;
- Maneio de Agroquímicos na Fazenda;
- Gestão dos resíduos sólidos, manutenção das máquinas e dos óleos queimados;
- Energia, qualidade de ar e mudanças climáticas;
- Impactos sociais nos trabalhadores da fazenda;
- Impactos sociais nos trabalhadores da fazenda;
- Relacionalmente com as comunidades locais.

Depois das apresentações abriram-se espaços para intervenção dos participantes que resultaram em alguns aspectos importantes, a destacar:

- Atrasos que se registam no financiamento dos projectos, tendo em conta que o PDAC termina em 2024 e o ano agrícola 2021/2022 inicia em setembro de 2021;
- Os empregados da maior parte das fazendas oferecem resistência em se registar no Instituto Nacional de Segurança Social para evitar os descontos;
- Os proponentes solicitaram a organização a elaboração de pequenas cartilhas informativas sobre os aspectos ambientais e sociais e as medidas de mitigação dos impactos negativos;
- Solicitam às autoridades governamentais a tomada de medidas que visem reduzir as queimadas anárquicas;
- Solicitam às autoridades competentes a tomada de medidas no sentido de evitar a venda de agrotóxicos em locais impróprios

Na final fotografia de família onde se destaca a presença do Senhor Administrador Adjunto para a Área Política, Social e Económica do município do Amboim.

Na Quibala o encontro contou com a presença de 11 participantes dos quais 4 proponentes, 1 representante da Administração Municipal da Quibala, 1 representante do projecto SAMAP. Foi antecedido por um encontro de cortesia mantido com o Senhor João Daniel Nunes Administrador Municipal da Quibala, recentemente nomeado. Neste encontro foi apresentada a equipa do TSP Brli/Sirius e as representantes do PDAC Margarida de Almeida e Júlia Quitócuca.

Foram feitas as apresentações do TSP BRli-SIRIUS nos mesmos moldes que na reunião da Gabela e no final foram colhidos alguns aspectos importantes:

Em relação ao enquadramento das mulheres nos trabalhos das fazendas há necessidade de os promotores serem mais sensíveis aos problemas específicos do género; ter atitudes que signifiquem” discriminação positiva”;



MINAGRIF/PDAC



Como acomodar as crianças acompanhantes das mães trabalhadoras do campo? Criar espaços para crianças na fazenda?

MSGR (Mecanismos de sugestões e Gestão de Reclamações)

Disponibilidade imediata do MSGR com protocolo específico para o encaminhamento de casos EAS/AS, bem como a intolerância a práticas EAS/AS pelos trabalhadores.



MINAGRIF/PDAC



8.2 Anexo II: Registo fotográfico da Fazenda antes do financiamento



Figura 4: Cafezal antigo



MINAGRIF/PDAC



8.3 Anexo III: Formulário de Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações – PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
GABINETE DE ESTUDOS PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

| Formulário de Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC | | |
|---|---|---|
| | Dados de Preenchimento | Código da Reclamação: MSGR_____ / _____ <i>(coloque as iniciais da província / n° de reclamação)</i> Reclamação preenchida por Ponto Focal (PDAC) <input type="checkbox"/> Intermediário/ mediador <input type="checkbox"/> Auto-preenchimento <input type="checkbox"/> |
| 1 | Identificação do reclamante <i>(a pessoa pode optar por anonimato)</i> | Nome: _____ Idade: _____ H <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> Residência - Província: _____ Município: _____ Localidade: _____ Pessoa afectada: Trabalhador/a do PDAC/ Prestadores <input type="checkbox"/> Trabalhador/a Fazenda <input type="checkbox"/> Proponentes/ Gestores <input type="checkbox"/> Comunidade/moradores <input type="checkbox"/> Entidade (pública/privada) <input type="checkbox"/> Desejo manter-me anónimo: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> <i>(Se optar por anonimato, deixar indicação de um meio de contacto)</i> |
| 2 | Contactos | Telefone..... Email..... |
| 3 | Descrição da reclamação | O que aconteceu: <i>(descreva em detalhe a ocorrência, causas e danos causados)</i> Partes envolvidas no incidente: Onde aconteceu: <i>(indique detalhes sobre o local da ocorrência, município e província)</i> Quando aconteceu: ____/____/____ |
| Assinatura do Reclamante:..... Atendido por:..... | | |
| Data: ____/____/____ | | |





MINAGRIF/PDAC



| Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC | |
|---|--|
| Recibo da Reclamação - | |
| Dados da Reclamação | Código da Reclamação: MSGR _____ / _____ <i>(coloque as iniciais da província / n° de reclamação)</i> |
| | Reclamação apresentada por: <i>(Nome do reclamante)</i> _____ |
| | Reclamação registada por: _____ |
| | Local onde foi registada/apresentada a reclamação: _____ |
| | Província: _____ Município: _____ |
| | Data de registo da reclamação: ____ / ____ / ____ |



MINAGRIF/PDAC



8.4 Anexo IV: Ficha de cadastro de ocupantes na propriedade e nas vias de acesso

Obs. Não existem ocupantes nas proximidades da fazenda num raio de cerca de 5 km

| CÓDIGO | NOME COMPLETO Ocupante/Usuário | TIPO DE INSTALAÇÃO/PRODUÇÃO | ÁREA UTILIZADA (dimensão) | GEOREFERENCIAÇÃO (Coordenadas) | | FOTO | OBSERVAÇÕES 1--Localizado dentro da propriedade 2--Localizado na Via de Acesso/áreas adjacentes | ASSINATURA (Usuário) | Há quanto residem /- produzem neste local | Nº de pessoas envolvidas | Tipo de relação e/ou condição na utilização do terreno |
|-----------------------|-----------------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------------|------|------|---|-------------------------|---|--------------------------|--|
| | | | | NORTE | ESTE | | | | | | |
| OCUP_PN (u suário)_01 | | | | | | | | | | | |
| OCUP_PN (u suário)_02 | | | | | | | | | | | |
| OCUP_PN (u suário)_03 | | | | | | | | | | | |
| OCUP_PN (u suário)_04 | | | | | | | | | | | |



MINAGRIF/PDAC



8.5 Anexo V: Código de Conduta do PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

CÓDIGO DE CONDUTA INDIVIDUAL

1. OBJETIVOS

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de Desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade, através de Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial intervém em zonas críticas que clamam por investimentos públicos, de modo a aumentar a oferta dos serviços sociais básicos e aliviar as carências a nível das comunidades.

O presente código de conduta tem como objectivo assegurar que todos os colaboradores envolvidos em Programas/Projectos implementados pelo PDAC assumam o compromisso de salvaguardar os valores, princípios éticos e normas de conduta adoptadas pela instituição, a serem preservados no seu relacionamento com as Administrações Municipais, empresas, prestadores de serviços, parceiros e a comunidade em geral, por via da observância de valores, princípios e práticas institucionais alicerçadas na: (i) aplicação das normas ambientais, sociais, de saúde e de segurança no trabalho (NASSS) do projecto e de saúde e segurança ocupacional (SSO); (ii) prevenção, reportagem e resposta a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC) no local de trabalho, nas comunidades circundantes imediatas e nos municípios, bairros/aldeias alvo da intervenção do PDAC.

As diretrizes deste Código permitem avaliar e minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre valores e princípios éticos, mas não detalham, necessariamente, todas as situações que possam surgir no dia-a-dia.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o seu incumprimento do código de conduta na sua generalidade e, em particular a participação em actos de Violência Baseada no Género (VBG) ou Violência Contra Crianças, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria sujeito à aplicação de sanções que podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

DEFINIÇÕES

No âmbito da aplicação do presente código de conduta tem-se em consideração as seguintes definições:

PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial: É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada para auxiliar proteger e contribuir na promoção de condições de



MINAGRIF/PDAC



desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres ou em condições de vulnerabilidade, através Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

Normas de Ambientais, Sociais, Saúde e Segurança (NASSS): É um termo que abrange questões relacionadas com o impacto do projecto no ambiente, nas comunidades e nos trabalhadores.

Saúde e Segurança Ocupacional (SSO): A saúde e a segurança ocupacional foca-se na protecção da segurança, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. A fruição destes padrões ao mais alto nível é um direito humano básico que deve ser acessível a todos os trabalhadores.

Violência Baseada no Género (VBG): É um termo que engloba qualquer acto prejudicial que seja perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se **baseie em diferenças socialmente atribuídas (ou seja, género) entre homens e mulheres**. Inclui ameaças ou actos que inflijam danos físicos, sexuais ou mentais ou sofrimento, coacção e outras privações de liberdade. Estes actos podem ocorrer em público ou em privado. O termo VBG é usado para sublinhar a desigualdade sistémica entre homens e mulheres (que existe em todas as sociedades do mundo) e actua como uma característica unificadora e fundamental da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e raparigas. A Declaração das Nações Unidas de 1993 sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres define a violência contra as mulheres como "qualquer acto de violência baseada no género que resulte ou seja susceptível de resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento às mulheres".

Os seis tipos principais de VBG são:

- **Violação:** Penetração não consensual (ainda que ligeira) da vagina, ânus ou boca com o órgão sexual masculino, com outra parte do corpo ou um objecto.
- **Agressão Sexual:** Qualquer forma de contacto sexual não consensual que não resulte ou inclua penetração. Exemplos incluem: tentativa de violação, bem como beijos indesejados, acariciamentos ou toques de genitais e nádegas.

Assédio Sexual: São avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual. O assédio sexual nem sempre é explícito ou óbvio, pode incluir actos implícitos e subtis, mas envolve sempre uma dinâmica de poder e género em que uma pessoa no poder usa a sua posição para assediar outra com base no seu género. A conduta sexual não é bem-vinda sempre que a pessoa sujeita a ela considera indesejável (por exemplo, olhar alguém de cima a baixo; beijar; uivar ou fazer sons inapropriados; andar à volta de alguém; assobiar; em alguns casos, dar presentes pessoais).

Favores Sexuais: É uma forma de assédio sexual e inclui fazer promessas de tratamento favorável (por exemplo, promoção) ou ameaças de tratamento desfavorável (por exemplo, perda de emprego) dependentes de actos sexuais — ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador.

- **Agressão Física:** Um acto de violência física que não é de natureza sexual. Exemplos incluem: bater, dar estalos, sufocar, cortar, empurrar, queimar, disparar ou usar qualquer arma, ataques com ácidos ou actos que resultem em dor, desconforto, ferimentos ou morte.
- **Casamento Forçado:** O casamento de uma pessoa contra a sua vontade.
- **Negação de Recursos, Oportunidades ou Serviços:** Negação do legítimo acesso a recursos económicos/activos ou oportunidades de subsistência, educação, saúde ou



MINAGRIF/PDAC



outros serviços sociais (por exemplo, uma viúva impedida de receber uma herança, rendimentos retirados à força por um parceiro íntimo ou membro da família, uma mulher impedida de usar contraceptivos, uma rapariga impedida de frequentar a escola, etc.).

- **Abuso Psicológico/Emocional:** Acto de infligir dor ou lesão mental ou emocional. Exemplos incluem: ameaças de violência física ou sexual, intimidação, humilhação, isolamento forçado, perseguição, assédio, atenção indesejada, observações, gestos ou palavras escritas de natureza sexual e/ou ameaçadora, destruição de coisas acarinhadas, etc.

Violência Contra Crianças (VCC): É definido como danos físicos, sexuais, emocionais e/ou psicológicos, negligência ou tratamento negligente de crianças menores de 18 anos, incluindo a exposição a tais danos, que resultem em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Isto inclui o uso de crianças para fins lucrativos, trabalho, gratificação sexual, ou alguma outra vantagem pessoal ou financeira. Isto também inclui outras actividades, como o uso de computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil.

Aliciamento: São comportamentos que facilitam a procura de uma criança para actividade sexual. Por exemplo, um agressor pode construir uma relação de confiança com a criança, e depois procurar sexualizar essa relação (por exemplo, encorajando sentimentos românticos ou expondo a criança a conceitos sexuais através da pornografia). Este aliciamento pode ser feito presencialmente ou com recurso a dispositivos electrónicos.

Criança: Termo utilizado quando nos referimos a um «menor», isto é uma pessoa com menos de 18 anos de idade. Esta definição está em conformidade com o artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Consentimento: É a escolha informada subjacente à intenção livre e voluntária de um indivíduo, aceitação ou acordo para fazer algo. Não é considerado consentimento quando tal aceitação ou acordo é obtido através do uso de ameaças, força ou outras formas de coacção, rapto, fraude, engano ou deturpação. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o Banco Mundial considera que o consentimento não pode ser dado por crianças menores de 18 anos, mesmo que a legislação nacional do país em que o Código de Conduta é aplicado preveja uma idade inferior. A crença errada sobre a idade da criança e o consentimento da criança não é uma defesa.

3 Termo de compromisso

Eu _____ [*escrever o nome*], exercendo a função de _____ [*escrever a função*], na Província de _____, declaro que li o código de conduta da instituição e reconheço que é importante subscrever as normas ambientais, sociais, de saúde e segurança no trabalho (NASSS) e os requisitos de saúde e segurança ocupacional (SSO), bem como prevenir a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC).

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o incumprimento do código de conduta, na sua generalidade, e, em particular a realização de actos de VBG ou VCC, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria, sujeito à aplicação de sanções que



MINAGRIF/PDAC



podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

Concordo que enquanto estiver a trabalhar em projectos implementados pelo FAS:

1. Participarei nos cursos de formação relacionados com NASSS, SSO, VIH/SIDA, VBG e VCC, proporcionados pela instituição;
2. Usarei o meu equipamento de protecção individual (EPI) e de identificação sempre que estiver a trabalhar ou estiver envolvido em actividades relacionadas com Projectos e Programas do PDAC;
3. Não usarei trajes inadequados para o ambiente de trabalho;
4. Não farei uso de álcool durante o período de trabalho, nem de estupefacientes ou outras substâncias que possam prejudicar as minhas faculdades;
5. Autorizarei a verificação dos meus antecedentes criminais;
6. Tratarei as mulheres, crianças (pessoas com menos de 18 anos) e homens com respeito, independentemente da raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, deficiência, nascimento ou outro estatuto;
7. Não usarei linguagem inapropriada ou terei comportamentos inapropriados, (assédio, abuso sexual) que sejam humilhantes ou culturalmente inapropriados com mulheres, crianças ou homens;
8. Não praticarei actos de assédio sexual, como sejam avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual, incluindo actos subtis de tal comportamento (por exemplo, olhar alguém de cima abaixo; beijar, uivar ou emitir sons desapropriado; andar à volta de alguém; assobiar; dar presentes pessoais; fazer comentários sobre a vida sexual de alguém; etc.);
9. Não me envolverei em favores sexuais, por exemplo, fazer promessas ou tratamento favorável dependente de actos sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador;
10. Não encetarei contactos sexuais ou actividade com beneficiário(a)s do Projecto, seus dependentes, incluindo o aliciamento, ou contacto através de meios digitais. A crença errada sobre a idade de uma criança não será considerada como defesa. O consentimento da criança também não poderá ser usado como defesa ou desculpa.
11. A menos que haja o consentimento total de todas as partes envolvidas, não terei interacções sexuais com membros das comunidades em que trabalho ou nas comunidades circundantes. Isto inclui relações que envolvam a retenção ou a promessa de prestação efectiva de benefícios (monetários ou não monetários) aos membros da comunidade em troca de sexo. Tal actividade sexual é considerada "não consensual" no âmbito do presente Código;
12. Denunciarei às instâncias superiores do PDAC quaisquer actos de VBG ou VCC suspeitos ou reais cometidos por um colega de trabalho, seja ele funcionário de base, com cargos de chefia, quer seja ou não do PDAC, ou quaisquer violações deste Código de Conduta;
13. Manterei informado o PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial sobre as questões que afectam as comunidades.

Sempre que realizar visitas domiciliare e tiver necessidade de me dirigir ou dialogar com crianças menores de 18 anos:

14. Certificar-me-ei que outro adulto está presente, enquanto estiver a trabalhar na proximidade das crianças;



MINAGRIF/PDAC



15. Não convidarei crianças desacompanhadas não relacionadas com a minha família para a minha casa, a não ser que estejam em risco imediato de ferimentos ou em perigo físico;
16. Não utilizarei computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil (ver também "Uso de imagens infantis para fins de trabalho" abaixo);
17. Não aplicarei punição física ou disciplinar a crianças;
18. Abster-me-ei de contratar crianças com idade inferior a 14 anos ¹ (ou outra idade mais elevada que seja referida na legislação nacional) para realizar trabalho doméstico ou outro, ou qualquer trabalho que as coloque em risco significativo de lesão;
19. Cumprirei todas as disposições legais relevantes, incluindo as leis laborais em relação ao trabalho infantil, e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial sobre o trabalho infantil e a idade mínima.
20. Terei os devidos cuidados ao fotografar ou filmar crianças para fins profissionais.

Utilização de Imagens Infantis para Fins Relacionados com o Trabalho

Ao fotografar ou filmar uma criança para fins relacionados com o trabalho, devo:

21. Antes de fotografar ou filmar uma criança, avaliar e esforçar-me por cumprir as tradições locais ou as restrições de reprodução de imagens pessoais;
22. Antes de fotografar ou filmar uma criança, obter o consentimento informado da criança e do seu progenitor ou tutor. Como parte disto, devo explicar como a fotografia ou filme será usado;
23. Garantir que fotografias, filmes, vídeos e DVDs apresentam as crianças de forma digna e respeitosa e não de forma vulnerável ou submissa. As crianças devem estar adequadamente vestidas e não estar em poses que possam ser consideradas como sexualmente sugestivas;
24. Certificar-me-ei que as imagens são representações honestas do contexto e dos factos;
25. Certificar-me-ei que as etiquetas de ficheiros digitais para envio por via electrónica não revelam informações sobre a identidade da criança.

Sanções

Entendo que se eu violar este Código de Conduta Individual, o meu empregador tomará medidas disciplinares que podem incluir:

1. Aviso informal.
2. Aviso formal.
3. Treino adicional.
4. Perda de até uma semana de subsídio.
5. Suspensão do emprego (sem pagamento de salário), por um período mínimo de 1 mês até um máximo de 6 meses.
6. Cessação do vínculo laboral/contratual.
7. Denúncia à polícia, se necessário. Abertura de processo-crime junto das entidades judiciais.

¹ Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da Criança (Lei nº 25/12)



MINAGRIF/PDAC



Compreendo que é minha responsabilidade assegurar que as normas ambientais, sociais, e de saúde e segurança sejam cumpridas. Que vou aderir ao plano de gestão da saúde e ocupacional. Que evitarei acções ou comportamentos que possam ser interpretados como VBG ou VCC. Tais acções serão uma violação deste Código de Conduta Individual. Reconheço, por este meio, que li o código de conduta individual acima, aceito cumprir as disposições nele contidas e compreendo as minhas funções e responsabilidades para prevenir e responder às questões ASSS, SSO, VBG e VCC. Compreendo que qualquer acção incompatível com este Código de Conduta Individual ou a ausência de acção mandatada por este Código de Conduta Individual pode resultar em acções disciplinares e podem afectar o meu actual e futuros empregos.

Assinatura: _____

Nome (letra de imprensa):

Função:

Data:



MINAGRIF/PDAC



8.6 Anexo VI: Avaliação dos impactes ambientais e sociais

Tabela 34: Avaliação dos impactes ambientais e sociais

| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Avaliação | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|--|--|--------------------|---|---|---|---|---|----|------------------|---|---|---|---|---|----|---|----|
| | | | Fase de Construção | | | | | | | Fase de Operação | | | | | | | | |
| | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | N | A | M | P | D | R | S | GI |
| Solo | <ul style="list-style-type: none"> Construção de viveiro para produção de 60.000 mudas/ano, de WC's por Género 6 m², Fossa Séptica de 6m³, e de EcoPontos; Reabilitação de armazém 25m*25m e de escritório - loja; Preparo inadequado do solo Manutenção de máquinas e equipamentos causando derrame de combustíveis e lubrificantes Trocas inadequadas de combustíveis Uso incorrecto de equipamentos (máquinas e gerador) Gestão incorrecta de resíduos, especialmente os perigosos tais como os óleos contaminados. Supressão da vegetação Uso de técnicas inapropriadas de irrigação, Não usa defensivos químicos, para o controle de pragas e doenças O plano de produção prevê o uso de restos de capina, estrumes e poderá fazer recurso ao uso de leguminosa como a mucuna sobre a qual existem registos importantes na qualidade intrínseca de fixador de Rhizobium Os restos das capinas e os estrumes jogam o papel de aumentar as condições de habitabilidade da flora e fauna microbiana que ao mesmo tempo desempenham o papel de decompositores de fertilizantes e catalizadores que criam maior acessibilidade destes a nutrição das plantas | <ul style="list-style-type: none"> Contaminação dos solos por derrame de combustíveis e lubrificantes Produção de resíduos de construção e demolição. Intrusão visual resultante do acúmulo de resíduos de construção civil Descarte inadequado de resíduos Compactação do solo Erosão do solo /Salinização no solo Redução da qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo Redução e/ou eliminação da biodiversidade Redução e/ou eliminação da biodiversidade café biológico sem uso de químicos ou fertilizantes minerais e com um sistema de produção muito preservador do ambiente e dos solos (cafezais com sombra de grevilhas). | - | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 5 | 10 | - | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 7 | 14 |
| Recursos Hídricos | <ul style="list-style-type: none"> Actividades relacionadas com má gestão de resíduos e de efluentes | <ul style="list-style-type: none"> Desperdício de água | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 5 | 10 | 1 | 1 | 2 | 3 | 1 | 6 | 12 | | |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Avaliação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|---|---|--------------------|---|---|---|---|---|---|------------------|---|---|---|---|---|---|---|----|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | Fase de Construção | | | | | | | Fase de Operação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | N | A | M | P | D | R | S | GI | | | | | | | | | | | | |
| | <ul style="list-style-type: none"> Deposição inadequada dos resíduos que poderá ocorrer junto de linhas de água bem como o tratamento de águas residuais/efluentes Supressão da vegetação e risco de erosão Gestão incorrecta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado; Instalação de sistema de rega em 2 hectares Emissões de poeira durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca. Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como nutrientes, e traços de metais. Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas. Técnicas de cultivo inapropriadas. | <ul style="list-style-type: none"> Contaminação dos rios Cananvale, Muxixi, Lungo e Cassau. Perda da biodiversidade aquática Erosão dos solos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Qualidade do ar | <ul style="list-style-type: none"> Funcionamento dos equipamentos e geradores de energia a diesel Construção e reabilitação de infraestruturas físicas como: alpendre (ecoponto) de 4 m², área de repouso para os trabalhadores de 25 m², fossa séptica de 6 m³, instalação sanitária separada por género 6 m² e armazém 300 m² Descarte inadequado de resíduos Preparação de terras de agricultura durante a época seca. | <ul style="list-style-type: none"> Degradação da qualidade do ar Geração de ruídos e poeiras Emissões de fumos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Gestão de resíduos | <ul style="list-style-type: none"> Gestão inadequada de resíduos (resíduos de construção e as respectivas embalagens, produtos de limpeza. Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas do subprojecto “Lucinda Mário De Castro Cunha”. | <ul style="list-style-type: none"> Poluição atmosférica Contaminação dos solos e da água Exposição a produtos tóxicos Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem Potencial de poluir as águas superficiais e o lençol freático (amónia e nitratos). (efeitos sobre a qualidade da água) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aspecto Social | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Avaliação | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|---|---|--------------------|---|---|---|---|---|---|------------------|---|---|---|---|---|---|---|----|
| | | | Fase de Construção | | | | | | | Fase de Operação | | | | | | | | |
| | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | N | A | M | P | D | R | S | GI |
| Saúde e segurança Ocupacional | Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas | <ul style="list-style-type: none"> Riscos operacionais e no local de trabalho Risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do subprojecto Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, entre outros Doenças respiratórias e da pele. | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 | 5 | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 | 5 |
| | Alojamentos inseguros e anti-higiénicos para os trabalhadores | <ul style="list-style-type: none"> Saúde enfraquecida do trabalhador | | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 7 | 14 | | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 7 | 14 |
| Contratação de mão-de-obra | Salários baixos ou insuficientes | <ul style="list-style-type: none"> Insatisfação dos trabalhadores, probabilidade de haver greve ou paragem dos trabalhos na fazenda. | | 1 | 2 | 3 | 3 | 1 | 7 | 21 | | 1 | 2 | 3 | 3 | 1 | 7 | 21 |
| | Trabalho infantil | <ul style="list-style-type: none"> Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação Aumento do número de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida. | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 | 4 | | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 7 | 14 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Assédio verbal e físico; Exploração e Abuso sexual e Assédio Sexual (EAS/AS) sobre as comunidades envolventes ou entre o pessoal profissional no ambiente de trabalho. | <ul style="list-style-type: none"> Pouca produtividade dos trabalhadores e aumento de stress no seio dos mesmos. Perca da autoestima; Depressão; Perturbações de memória; Trauma físico e ou psicológico sobre a vítima; Conflito com a comunidade envolvente; Perda de trabalho do trabalhador. | | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 7 | 14 | | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 7 | 14 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Cargas horarias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil) Contratação de mão- de – obra permanente | <ul style="list-style-type: none"> Fadiga do trabalhador, provocando mais número de lesões e doenças Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil) Falta de protecção social dentro da fazenda | | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 5 | 5 | | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 5 | 5 |
| | Criação de novos postos de trabalho | Oportunidades de emprego e melhoria do rendimento familiar | | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 5 | 5 | | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 5 | 5 |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Actividades/Riscos | Impacto | Avaliação | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|---|--------------------|---|---|---|---|---|---|------------------|---|---|---|---|---|---|---|----|
| | | | Fase de Construção | | | | | | | Fase de Operação | | | | | | | | |
| | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | N | A | M | P | D | R | S | GI |
| Afectação/deslocamento de activos económicos/físicos | <ul style="list-style-type: none"> Exploração de novas áreas agrícolas dentro da Fazenda Transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação | <ul style="list-style-type: none"> Deslocamento económico/físico (se se verificarem lavras ou habitação de população, ainda que informal, nas áreas agrícolas que serão exploradas pelo subprojecto); Afectação de activos económicos nas vias de acesso à Fazenda durante o transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação. | - | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 5 | 10 | - | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 7 | 14 |

Legenda: N-Natureza; A-Âmbito; M-magnitude; A-abrangência; P- probabilidade; D-duração; R- reversibilidade; S- significância; GI- grau de impacto; H- hierarquização



MINAGRIF/PDAC



8.7 Anexo VII: Legislação ambiental e social e Políticas De Salvaguardas Do Banco Mundial

Legislação Ambiental

Lei n.º 5/98 de 19 de Junho- Lei de Bases do Ambiente

Esta Lei serve de quadro básico de toda a legislação e regulamentos ambientais em Angola integrando definições de conceitos relevantes, tais como os da protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e uso sustentável dos recursos naturais.

Lei n.º 6/17 - Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem

Estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e, ainda, as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas. Revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, nomeadamente os artigos 16.º, 17.º e 18.º da Lei n.º 15/05, de 7 de Dezembro, Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário, os Decretos n.ºs 40040, de 9 de Fevereiro de 1955, 44531, de 21 de Agosto de 1962 (Regulamento Florestal) e o Diploma Legislativo n.º 2873, de 11 de Dezembro de 1957 (Regulamento de Caça)

Decreto Presidencial n.º 261/11 de 6 de Outubro -Sobre a Qualidade da Água

A lei prevê a posse do governo dos recursos hídricos do país, e a responsabilidade do Estado para o desenvolvimento, controle preservação dos recursos hídricos. Regulamentos ainda não foram promulgadas

Lei n.º 9/04 de 9 de Novembro - Lei de Terra

A Lei de Terras de Angola reafirma o posicionamento constitucional de que o governo possui e exerce autoridade final sobre toda a terra e os recursos naturais. A mesma Lei engloba toda a terra rural e urbana para o qual o Estado pode conferir direitos transferíveis. A Lei inclui uma disposição que obriga as pessoas que ocupam propriedade sem registo para que registem a terra dentro de um prazo estabelecido pela Lei.

Decreto Presidencial n.º 190/12 de 24 de Agosto - Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos

O presente Diploma tem por objecto estabelecer as regras gerais relativas à produção, depósito no solo e no subsolo, ao lançamento para água ou para atmosfera, ao tratamento, recolha, armazenamento e transportação de quaisquer resíduos, excepto os de natureza radioactiva ou sujeito à regulamentação específica, de modo a prevenir ou minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde das pessoas e no ambiente, sem

Legislação Social

Lei n.º 7/04 de 15 de Outubro- Lei de Bases da Protecção Social

A protecção social obrigatória concretiza-se através dos regimes dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria, mediante prestações garantidas como direitos. É garantida a conservação dos direitos adquiridos e a possibilidade de concretizar os direitos em formação

Lei n.º 25/12 de 22 de Agosto - Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança

A Lei n.º 25/12 define regras e princípios jurídicos sobre a protecção e o desenvolvimento integral da criança, reforça e harmoniza os instrumentos legais e institucionais para assegurar os direitos da criança como definidos na Constituição, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança.

Lei n.º 12/23 de 27 de Dezembro – Lei Geral do Trabalho

A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.

Lei n.º 25/11 de 14 de Julho - Violência Doméstica

Estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas

Lei n.º 22/11 de 17 de Junho - Lei da Protecção de Dados Pessoais

Considerando que a igualdade é um princípio consagrado na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação



MINAGRIF/PDAC



prejuízo do estabelecimento de regras que visem a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos

Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril-Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental

Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental das actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e social significativo. Este diploma revoga o Decreto Nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto Nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental

Decreto Presidencial n.º 196/12 de 30 de Agosto - Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)

O Presente plano estabelece uma nova filosofia para a gestão de resíduos em Angola, constituindo um suporte essencial ao processo de desenvolvimento sustentável que a sociedade e a economia do País têm vindo a percorrer.

Decreto Presidencial nº 194/11 de 07 de Julho - Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.

O presente diploma tem por objecto estabelecer a responsabilidade pelo risco e degradação do ambiente baseado no princípio do «poluidor-pagador», para prevenir e reparar danos ambientais.

Decreto Presidencial n.º 82/14 de 21 de Abril - Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos

O presente Diploma define o regime de utilização geral dos recursos hídricos, incluindo os mecanismos de planeamento, gestão e de retribuição económica e financeira no artigo 2 (Âmbito de aplicação), o presente Diploma é aplicável às águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente os cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras, zonas estuarinas e outros corpos de água, sem prejuízo dos respectivos leitos, margens e adjacências

Decreto Executivo n.º 92/12 de 1 de Março - Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais

O diploma tem como objecto estabelecer as directrizes orientadores para a elaboração dos Estudos de Impactes Ambientais necessários para análise de viabilidade ambiental dos projectos sujeitos a avaliação de impacte ambiental. O

Decreto 31/95 de 5 Novembro - Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional

O presente decreto estabelece os princípios que visam a promoção da segurança, higiene no trabalho, nos termos do preceituado nº 2 do artigo 46º da Lei Constitucional 23/92

Havendo necessidade de se regular as condições objectivas que permitam estabelecer um quadro de protecção social dos trabalhadores e suas famílias contra os riscos profissionais, em observância aos princípios consignados na Convenção n.º 102 da OIT, Organização Internacional do Trabalho;

Decreto nº 43/03 de 4 de Julho - Regulamento sobre o HIV/ SIDA, Emprego e Formação Profissional

A infecção pelo vírus de Imunodeficiência Humana (VIH) e o desenvolvimento do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) constituem, na actualidade, uns dos maiores problemas de saúde que a sociedade enfrenta relativamente à implementação dos direitos sociais legalmente protegidos, nomeadamente o direito ao emprego, ao trabalho e à formação profissional.

Lei nº 1/21 de 7 de Janeiro - Lei das Expropriações

A Lei da Expropriação por Utilidade Pública prevê as situações que podem originar uma reversão dos bens expropriados, designadamente nos casos em que as autoridades não conseguem implementar o projecto que motivou a expropriação nos prazos legalmente devidos e/ou nas situações em que cessem as finalidades da expropriação. O exercício do direito de reversão está sujeito a um prazo de caducidade e fica dependente da devolução, pelos expropriados, do montante anteriormente recebido a título de indemnização.

Decreto nº 53/05 de 15 de Agosto - Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais

É garantido o direito à reparação de danos resultantes de acidentes de trabalho e de doenças profissionais aos trabalhadores por conta de outrem e seus familiares, protegidos pelo sistema de protecção social obrigatório.

Decreto Presidencial nº 222/13 de 24 de Dezembro- Política Nacional para a Igualdade e Equidade de género e a respectiva Estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitoria da política

Baseada nos princípios da Constituição da República e tendo como objectivo principal, estabelecer uma visão clara e um quadro orientador para a adopção e adequação da legislação,



MINAGRIF/PDAC



Estudo de Impacte Ambiental deve ser elaborado nos termos da legislação sobre a Avaliação de Impacte Ambiental, e cumprir rigorosamente com os Termos de Referência aprovados pelo Ministério do Ambiente, que orienta a elaboração dos mesmos de acordo com a especificidade de cada projecto

Decreto Executivo n.º 17/13 de 22 de Janeiro - Gestão de resíduos de demolição e construção

O presente diploma estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização

Lei n.º 6 / 02 de 21 de Junho – Lei das Águas

Instrui a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabeleceu como objectivos básicos da gestão de recursos hídricos a sua utilização integrada com vista ao desenvolvimento sustentável, de modo a assegurar à actual e futuras gerações, a necessária disponibilidade de água em quantidade e padrões de qualidade adequados aos múltiplos usos, além da prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos

políticas, programas, projectos, procedimentos e práticas que assegurem a igualdade de direitos e oportunidades para homens e mulheres em todas as esferas e estruturas do Executivo, do sector Privado, das Organizações da Sociedade Civil, bem como da Comunidade e da Família, vem dar um cunho legal a todas as acções que o Governo tem levado a cabo, para melhoria da vida das populações.

Decreto - executivo n.º 6/96 de 2 de Fevereiro - Sobre a legislação de Saúde e Segurança Ocupacional

O presente Regulamento Geral estabelece as normas que regerão os Serviços de Segurança e Higiene no Trabalho nas empresas, conforme o n.º 2 do artigo 18º do Decreto n.º 31/94, de 5 de Agosto.

POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS DO BANCO MUNDIAL

OP 4.01 Avaliação Ambiental

A OP 4.01 assegura que todos os projectos do BM sejam sólidos e sustentáveis ambientalmente, informando à partida sobre os riscos ambientais aos dirigentes através de uma análise apropriada das acções e dos seus prováveis impactos.

A política de avaliação ambiental é accionada neste projecto para levantamento dos impactos ambientais e medidas de mitigação dos impactos.

OP 4.04- Habitat Natural.

A **OP 4.04** assenta na protecção, manutenção e reabilitação de habitats naturais nas áreas de influência dos projectos, por ele financiados ou co-financiados

Não foram identificados no projecto algum potencial de conversão ou degradação crítica significativa de habitats naturais e, portanto, as OP & BP 4.04 não são accionadas

OP 4.37 Segurança de barragens/represas

A política de segurança de barragens/represas é accionada em projectos que envolvam barragens existentes e Represas em Construção, bem como a responsabilidade da segurança da obra pelo proponente. Esta política não é accionada no âmbito do subprojecto da **Lucinda Mário De Castro Cunha**, uma vez que não estão previstos a construção e/ou reabilitação de barragens ou represas.

OP 4.09- Gestão de Pragas

A política operacional de controlo de pragas é accionada para auxiliar a mitigar os potenciais riscos a saúde humana e ao meio ambiente com a preparação de um Plano de Gestão de Pragas de carácter obrigatório. O projecto requer o uso de pesticidas, portanto esta política é accionada



MINAGRIF/PDAC



OP 4.11 - Recursos físicos e culturais

Esta política é accionada em projectos que envolvam projectos de infraestruturas que exijam grandes movimentos de terra em áreas susceptíveis e considerados recursos culturais físicos pelas comunidades que habitam no local do projecto. Os projectos de infraestruturas são de pequena dimensão com potenciais impactos sobre recursos físicos considerados baixos.

OP 4.12- Reassentamento Involuntário.

A política de reassentamento involuntário do BM auxilia os beneficiários do projecto a lidar com problemas de aquisição de terra resultante em compensação e/ou o deslocamento físico de pessoas. aplica-se a aquisição de terras e todas as alterações no acesso a recursos (económicos, rodoviários, culturais e étnicos) resultante da implementação de um projecto e subprojecto. No âmbito dos projectos do PDAC esta política não será accionada uma vez que os subprojectos são implementados em áreas privadas com títulos de concessão de terras emitidos pela entidade local, o IGCA (Instituto Geodésico Cartográfico de Angola).

A fazenda conta com 17 trabalhadores, onde 20 são do sexo masculino e 80 do sexo feminino. Não reside ninguém no interior do espaço da fazenda, embora existam 02 Aldeias próximas a fazenda não existe conflito com a população local.

OP 4.36 - Recursos Florestais

Os projectos financiados pelo Banco Mundial não poderão ter impactos negativos directos e indirectos para a saúde e qualidade das florestas, neste âmbito, o BM visa reduzir a desmatção e aumentar a contribuição ambiental de áreas florestais, promover reflorestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento económico.

O subprojecto da **Lucinda Mário De Castro Cunha**, não prevê na sua área de influência qualquer impacto sobre recursos florestais, logo esta política operacional não é accionada